



# **FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ 2012**

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2011

ORÇAMENTO FÁCIL  
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL  
2012



## SUMÁRIO

1	UMA DÉCADA DAS FINANÇAS DE JUNDIAÍ .....	3
2	RECEITAS DA PREFEITURA.....	13
2.1	Receita tributária .....	17
2.2	Transferências correntes.....	19
2.2.1	Transferências do Estado.....	19
2.2.2	Transferências da União.....	22
2.3	Operação de crédito.....	24
3	DESPEAS DA PREFEITURA .....	27
3.1	Pessoal .....	29
3.2	Custeio .....	33
3.3	Dívida .....	36
3.4	Investimentos .....	38
4	DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO .....	43
4.1	Educação .....	43
4.2	Esporte e lazer .....	48
4.3	Cultura.....	50
4.4	Saúde.....	52
4.5	Assistência social.....	58
4.6	Segurança Pública .....	61
4.7	Habitação .....	63
4.8	Saneamento e urbanismo .....	65
4.9	Repasses à Câmara Municipal .....	69
5	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.....	70



## 1 UMA DÉCADA DAS FINANÇAS DE JUNDIAÍ

A primeira edição sobre as Finanças do Município de Jundiáí foi lançada em 2006, trazendo uma análise do período de 2002 a 2005. Agora na sétima edição, o presente anuário traz os números das finanças de 2011, completando, assim, uma década de acompanhamento das receitas e despesas. Por isso, na publicação deste ano, foi especialmente incluído um panorama geral das finanças públicas de Jundiáí, ressaltando-se os principais eventos que caracterizaram essa década e influenciaram as contas públicas municipais.

Nesses últimos dez anos, o Brasil enfrentou diversos dilemas econômicos e políticos, passou por fases de crescimento e de crises, com inevitáveis reflexos no âmbito municipal. Um dos grandes desafios das gestões das cidades foi ajustar suas finanças públicas diante de um cenário nacional e internacional em constante mudança.

Observando-se as finanças de Jundiáí em retrospectiva é possível destacar alguns aspectos marcantes. Em 2003, o crescimento econômico do Brasil, medido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB), que é um somatório das riquezas produzidas no país, foi muito baixo, de apenas 1,15% em relação à 2002. Nesse contexto, as receitas consolidadas do conjunto dos municípios brasileiros caíram 4%, segundo o anuário *Multi Cidades - Finanças dos Municípios do Brasil*. Em Jundiáí, a queda foi de 3,7%, a única retração ocorrida nas receitas do Município na última década.

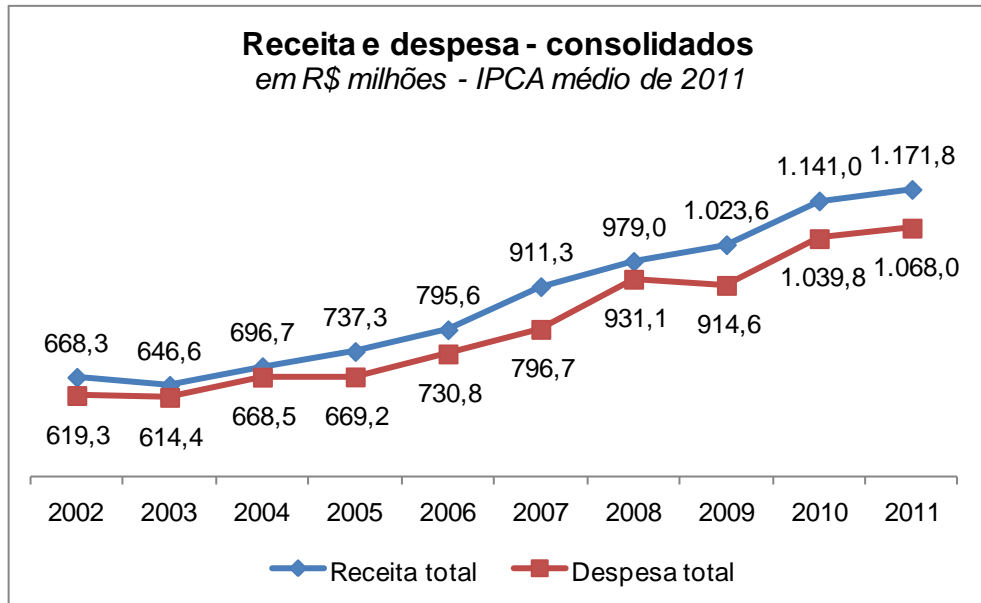
Em 2004 inicia-se um período de prosperidade. Colhendo os efeitos do crescimento mundial, especialmente da China, o PIB brasileiro cresceu consecutivamente ao longo de cinco anos. O reflexo nas finanças municipais foi visível. A receita total do conjunto dos municípios do país apresentou um comportamento excepcional no período 2004 a 2008, crescendo a uma média anual de 10,9%. Em Jundiáí, a expansão também foi excelente, da ordem de 8,9% ao ano. Ao longo desses anos, a receita consolidada do Município passou de R\$ 646,6 milhões, em 2003, para R\$ 979 milhões, em 2008, em valores corrigidos pela inflação medida pelo IPCA.



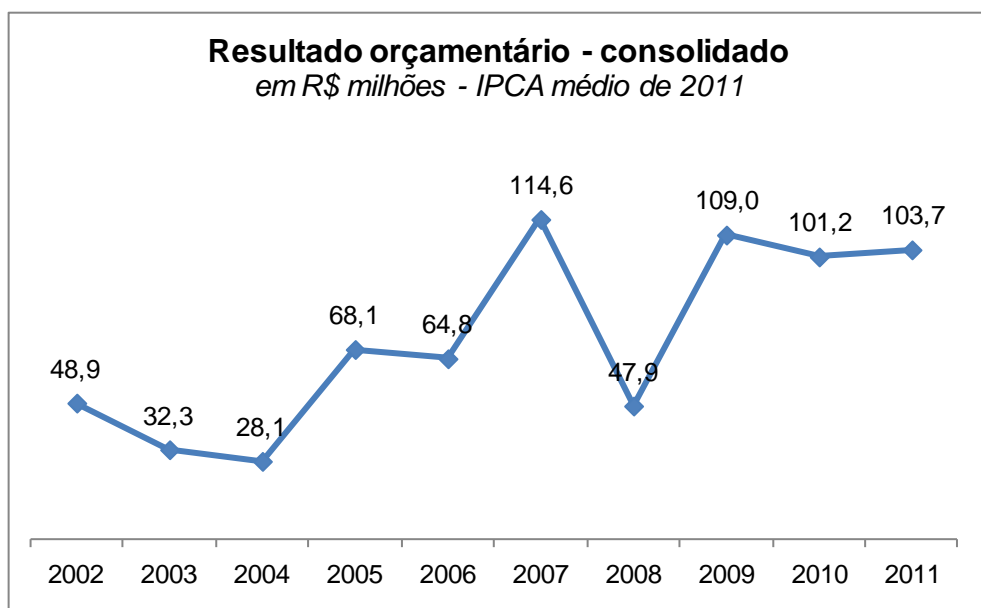
Ao final de 2008, no entanto, eclodiu a crise financeira com a falência de grandes bancos americanos, assolando o mundo e se fazendo sentir de forma bastante intensa no Brasil. O PIB brasileiro fechou com variação negativa de 0,2% e os municípios assistiram a uma queda média de 1,4% de suas receitas, em 2009. Mesmo nesse ambiente desfavorável, as receitas de Jundiaí cresceram 4,6%.

No ano seguinte, a economia brasileira se recuperou, com o PIB crescendo 7,5%, o que propiciou um aumento de 11,6% das receitas municipais em todo o país. Em Jundiaí, a alta foi de 11,5%, praticamente a mesma do total dos municípios. Em 2011, os problemas da economia mundial voltaram a repercutir no Brasil. Dessa vez, os problemas fiscais em países da zona do Euro criaram uma forte instabilidade mundial e contaminaram o crescimento do Brasil, que foi de apenas 2,7%. Nesse ambiente, mais uma vez a receita consolidada de Jundiaí acompanhou o desempenho nacional, crescendo 2,7%.

Ao longo de toda a década, as despesas se ajustaram ao comportamento das receitas, evidenciando que o Município não gastou mais do que arrecadou, como mostra o gráfico abaixo. A diferença entre receita e despesa é chamada de resultado orçamentário. Numa gestão que prima pelo equilíbrio fiscal, o resultado orçamentário deve ser, na maioria das vezes, positivo ou próximo de zero. Resultados negativos podem ocorrer, desde que não sejam frequentes e que sejam compensados no período de quatro anos referentes ao mandato da administração municipal. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), um mandato não pode transmitir desequilíbrio orçamentário para a próxima gestão.



Como pode ser observado no gráfico e na tabela a seguir, o resultado orçamentário da administração pública de Jundiáí manteve-se positivo nos últimos dez anos. Percebe-se que ele foi menor justamente nos períodos quando houve menor crescimento econômico no país ou influências das crises internacionais. Em 2011, apesar da economia ter tido um fraco desempenho e as receitas consolidadas de Jundiáí terem crescido igualmente pouco, foi possível manter um bom nível no resultado orçamentário, graças ao esforço da Prefeitura em fazer com que suas despesas crescessem menos que as receitas.





### Receita, despesa e resultado orçamentário

Itens	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	em R\$ milhões - IPCA médio de 2011									
Receita total	668,3	646,6	696,7	737,3	795,6	911,3	979,0	1.023,6	1.141,0	1.171,8
Despesa total	619,3	614,4	668,5	669,2	730,8	796,7	931,1	914,6	1.039,8	1.068,0
<b>Resultado orçamentário</b>	<b>48,9</b>	<b>32,3</b>	<b>28,1</b>	<b>68,1</b>	<b>64,8</b>	<b>114,6</b>	<b>47,9</b>	<b>109,0</b>	<b>101,2</b>	<b>103,7</b>
Resultado orçamentário / Receita total	7,3%	5,0%	4,0%	9,2%	8,1%	12,6%	4,9%	10,6%	8,9%	8,9%

Fonte: balanços municipais. Nota: dados consolidados.

Resultados orçamentários positivos possibilitaram a criação e manutenção de uma reserva financeira nos últimos anos. Formar uma reserva ou suficiência financeira é uma característica das boas práticas fiscais, pois são recursos que podem ser utilizados para enfrentar uma inesperada queda de receita em períodos de instabilidades e incertezas ou para realizar gastos extraordinários, emergenciais ou investimentos de grande porte.



### Suficiência financeira

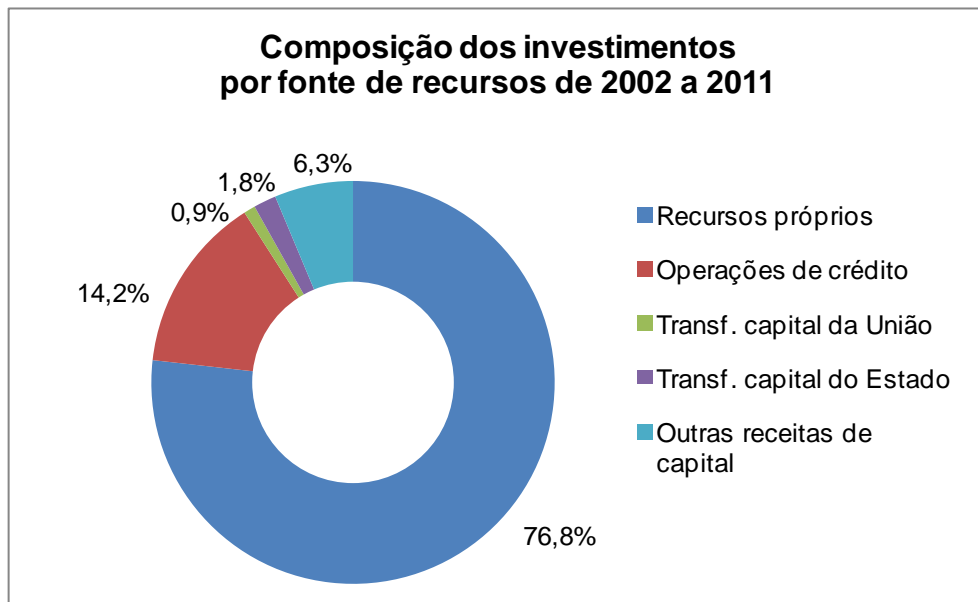
Órgãos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2010
	em R\$ milhões - IPCA médio de 2011										
Prefeitura Municipal	36,2	29,2	21,2	33,0	43,3	88,2	75,3	83,8	79,9	92,2	15,5%
Administração Indireta	110,7	133,2	166,9	210,9	259,9	328,5	375,1	460,9	550,1	619,0	12,5%
IPREJUN	104,7	129,8	161,6	201,9	250,9	316,6	370,1	451,6	536,3	608,3	13,4%
Demais órgãos	5,9	3,5	5,3	9,1	9,1	11,9	5,0	9,3	13,7	10,7	-22,0%
Câmara Municipal	0,0	0,0	0,0	0,6	-15,6	0,0	0,2	0,2	1,4	0,3	-78,4%
<b>Total consolidado</b>	<b>146,8</b>	<b>162,4</b>	<b>188,1</b>	<b>244,5</b>	<b>287,7</b>	<b>416,7</b>	<b>450,6</b>	<b>544,9</b>	<b>631,3</b>	<b>711,5</b>	<b>12,7%</b>
<b>Total excluído o Iprejun</b>	<b>42,1</b>	<b>32,6</b>	<b>26,5</b>	<b>42,7</b>	<b>36,8</b>	<b>100,1</b>	<b>80,5</b>	<b>93,3</b>	<b>95,0</b>	<b>103,2</b>	<b>8,7%</b>

Fonte: balanços municipais.



Nesse período, a Prefeitura de Jundiaí também melhorou o perfil de sua dívida consolidada, ao aumentar o peso da parcela proveniente de empréstimos que se transformam em investimentos e ao diminuir a parte da dívida relativa a débitos previdenciários e precatórios.

Os investimentos alcançaram R\$ 749,2 milhões, nos últimos dez anos, ou seja, uma média anual de R\$ 74,9 milhões ou 10,7% da despesa total aplicados na infraestrutura municipal. Do total investido, a maior parte, 76,8% foi realizada com recursos próprios da Prefeitura. As operações de crédito financiaram 14,2% dos investimentos e as transferências de capital recebidas dos outros níveis de governo apenas 2,7%, sendo 0,9% da União e 1,8% do Governo do Estado.



Foram realizados investimentos de grande importância para o desenvolvimento da cidade, tais como, a primeira etapa do Sistema Integrado de Transporte Urbano (Situ), os acessos do complexo viário Xisto Cereser (Trevo de Itu), a nova rodoviária, as obras de canalização de córregos, construção de galerias, drenagem e pavimentação que revitalizaram grandes avenidas como a Nove de Julho, Humberto Cereser, e prolongaram outras como a Prefeito Luiz Latorre, Antonio Pincinato, José Mezzalira, Nami Azem, Estrada do Varjão, além das pontes construídas sobre o Rio Jundiaí.



Os investimentos na infraestrutura viária do município vieram acompanhados da implantação de um amplo sistema de parques e áreas de lazer em diversos bairros, para equilibrar o meio ambiente urbano da cidade. A construção do Parque da Cidade, do Jardim Botânico, dos parques botânicos do Eloy Chaves e do Tulipas cumpriram esse objetivo. Ciclovias foram implantadas nas margens da Av. Antonio Pincinato e ligando os parques Botânico e da Cidade.

Avançou-se na meta de erradicação de favelas com a eliminação do antigo hospital psiquiátrico, no Jardim Tamoio, com a reurbanização de diversos núcleos de submoradias, tais como os da Vila Ana, Vila Esperança e Vila Cidadania, na implantação de novos conjuntos habitacionais, como o Fazenda Grande, Vista Alegre, etc e na construção do Condomínio do Idoso no bairro Fazenda Grande, além da aquisição da área para futura reurbanização do São Camilo.

Na área social foram construídas, reformadas e ampliadas creches, escolas e unidades de saúde em diversos bairros da cidade, visando à descentralização do atendimento e a melhoria da qualidade dos serviços nessas duas áreas estratégicas para o desenvolvimento. Foram implantadas unidades educacionais do ensino infantil e fundamental no Medeiros, Fazenda Grande, Jardim Novo Horizonte, Almerinda Chaves, Parque Residencial Jundiaí, Jardim Tulipas, Santa Gertrudes, Corrupira, Vila Nambi, Jardim Tamoio, Vila Hortolândia, Vila Marlene etc. O galpão da Fepasa foi reformado pela Prefeitura permitindo a expansão dos cursos profissionalizantes da FATEC, assim como o Complexo Educacional Argos foi reestruturado para ampliar sua capacidade de atendimento do EJA, curso de línguas, entre outras atividades. Novas UBS foram construídas no Fazenda Grande, Jardim Tulipas, Vila Rui Barbosa, Jardim Guanabara, Jardim Tamoio, Sarapiranga, Morada das Vinhas e Santa Gertrudes, assim como foram reformadas e ampliadas as unidades de Ivoturucaia, Corrupira, Rio Acima, Hortolândia, Maringá e Caxambu, além do Centro Odontológico no Anhangabaú. A Prefeitura desapropriou o prédio da antiga Casa de Saúde para implantação do Hospital Regional, reformou o prédio que abriga hoje o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) e implantou o centro de atendimento oncológico no Hospital São Vicente de Paulo. Incrementaram-se as atividades da assistência social com a instalação dos Centros de Referências nos bairros.



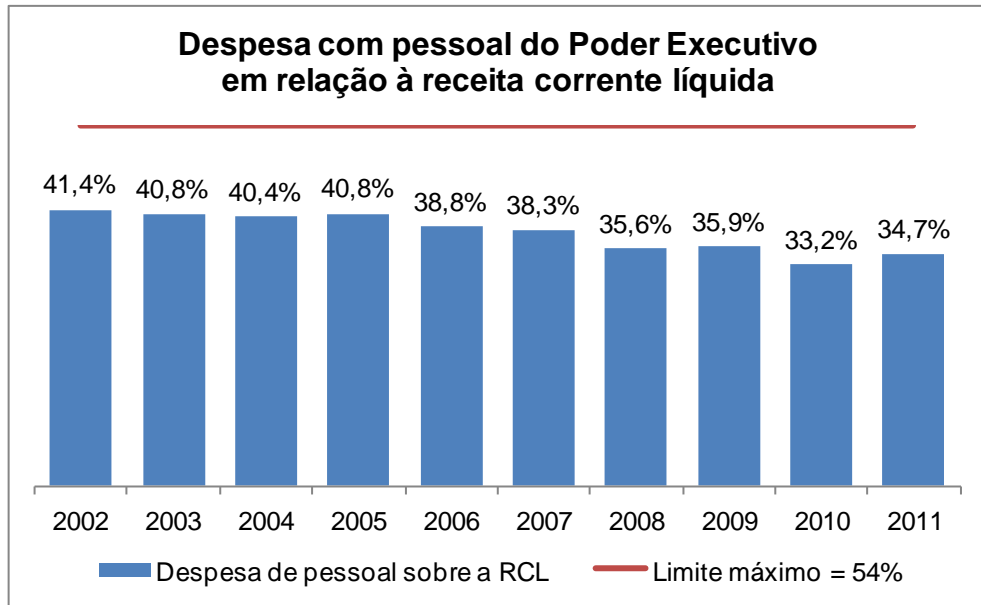


Na segurança pública, a guarda municipal foi ampliada e melhor equipada com novas viaturas, armamentos modernos e equipamentos de proteção individual para todos os seus integrantes, além de aparelhos avançados para o monitoramento, como as câmaras de vídeo instaladas em diversos pontos da cidade. Foram adquiridos veículos especiais (jipes Marruá) para ampliar a fiscalização do território da Serra do Japi.

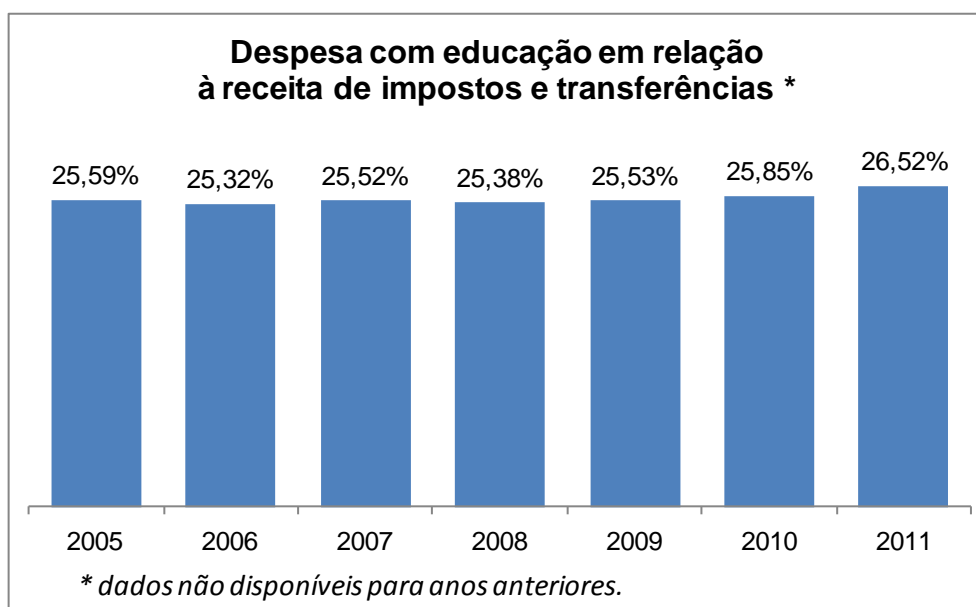
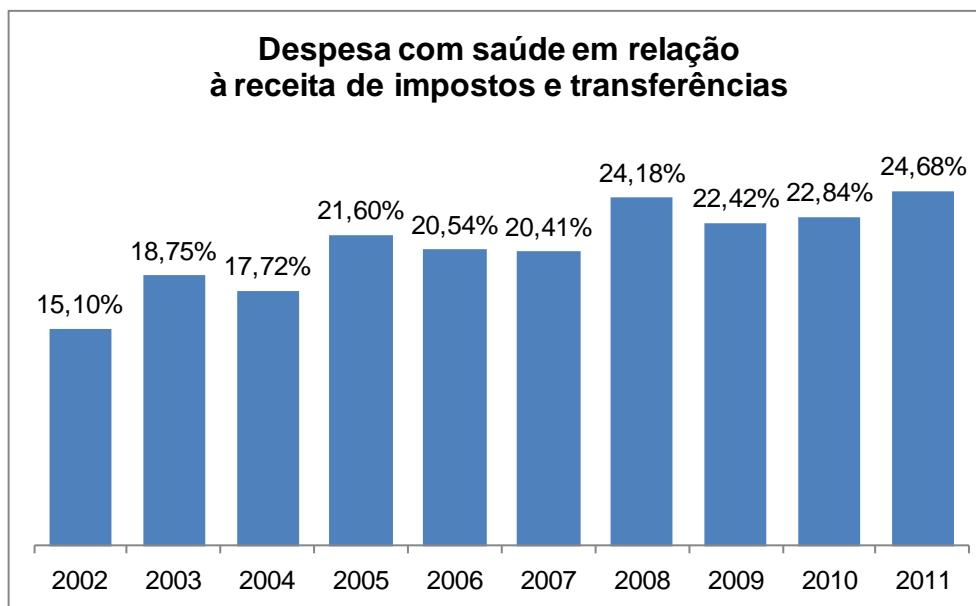
Avançamos na direção da universalização do saneamento básico no município com a expansão da represa e modernização da rede de abastecimento da cidade, com a construção de novas estações de tratamento de água.

Foram realizados investimentos também na modernização tecnológica e na capacitação dos servidores, através do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT). Implantamos o Balcão do Empreendedor Web, o Portal da Transparência, a Nota Fiscal Eletrônica, entre outras ferramentas, que propiciaram desburocratização, simplificação, transparência e maior eficiência na gestão pública. As ações desse projeto, aliadas à expansão da economia local, foram determinantes para o excelente desempenho da arrecadação da receita tributária da Prefeitura, que passou de R\$ 149,3 milhões, em 2002, para R\$ 335 milhões, em 2011, variando 124,4% no período.

É importante analisar também o comportamento das maiores despesas municipais que são as de pessoal e o gasto nas áreas da saúde e educação. No caso do gasto com pessoal, a LRF determina que o Poder Executivo municipal não deve ultrapassar o limite máximo de 54% da receita corrente líquida. Em Jundiaí, esse comprometimento foi mantido na faixa entre 33,2% (menor) e 41,4% (maior), de 2002 a 2011, mantendo uma tendência decrescente.



De acordo com a Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000, os municípios devem aplicar, no mínimo, 15% de suas receitas de impostos e transferências constitucionais e legais em ações e serviços de saúde. Esta determinação passou a valer a partir de 2004. Jundiá tem aplicado valores acima do mínimo exigido pela EC nº 29, chegando ao percentual mais alto em 2011, com 24,68%. Para a educação, a Constituição Federal, em seu artigo 212, determina que os municípios apliquem um mínimo de 25% de suas receitas de impostos e transferências constitucionais e legais na manutenção e desenvolvimento do ensino. Jundiá manteve-se sempre acima do mínimo, alcançando o nível mais alto de aplicação dos recursos em educação também em 2011, com 26,52%.



Em que pese os diferentes cenários da economia nacional e mundial nos últimos dez anos, as finanças de Jundiá foram conduzidas de modo a se adaptar às diferentes situações. Com base nas informações aqui apresentadas, é possível concluir que essa adaptação foi bem sucedida, pois foi capaz de aumentar as receitas em percentuais geralmente acima do registrado pelo conjunto dos municípios do país e logrou incrementar as despesas sem que elas comprometessem totalmente as receitas, ou seja, as finanças de Jundiá foram orientadas para a preservação do equilíbrio das contas públicas, conforme



recomenda a LRF, e para a realização de obras e serviços públicos que propiciam a melhoria da qualidade de vida das pessoas.



## 2 RECEITAS DA PREFEITURA

### Principais itens da receita – 2008-2011

Itens da receita	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011	Orçamento 2012
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011				em %		em R\$ mil - correntes
<b>1 - Receita corrente deduzida (2+3+4-5)</b>	<b>829.555,0</b>	<b>845.845,8</b>	<b>958.103,4</b>	<b>983.167,1</b>	<b>2,6</b>	<b>98,8</b>	<b>1.190.587,0</b>
2 - Receita tributária	256.514,8	273.895,8	308.557,8	334.962,8	8,6	33,7	416.412,0
IPTU	60.607,9	69.624,1	73.001,3	73.838,1	1,1	7,4	94.661,0
IRRF	27.212,7	26.337,3	28.546,8	34.015,6	19,2	3,4	42.771,0
ITBI	19.206,7	20.721,5	35.569,0	39.807,3	11,9	4,0	42.999,0
ISS	124.374,3	130.217,9	142.028,9	158.483,3	11,6	15,9	203.942,0
Taxas	25.110,8	26.993,2	29.411,9	28.818,4	-2,0	2,9	32.039,0
Contribuições de melhoria	2,5	1,8	0,0	0,0	-	-	0,0
3 - Transferências correntes	591.071,1	603.465,0	666.131,9	690.321,2	3,6	69,4	895.268,4
União	130.095,0	126.943,7	125.277,3	131.495,8	5,0	13,2	147.721,0
FPM <sup>1</sup>	43.071,5	38.655,2	39.371,6	46.584,3	18,3	4,7	61.658,0
SUS	73.769,2	74.356,4	72.548,9	70.468,9	-2,9	7,1	70.471,3
Outras transferências da União	13.254,3	13.932,1	13.356,7	14.442,6	8,1	1,5	15.591,7
Estado	383.329,2	394.458,8	446.792,8	462.603,3	3,5	46,5	571.942,0
QPM-ICMS <sup>1</sup>	320.642,5	327.867,1	379.528,0	390.139,5	2,8	39,2	479.901,0
IPVA <sup>1</sup>	58.954,3	63.847,9	63.511,1	68.336,2	7,6	6,9	87.453,0
Outras transferências do Estado	3.732,5	2.743,8	3.753,6	4.127,6	10,0	0,4	4.588,0
Fundeb	67.394,5	70.317,6	77.864,9	83.299,8	7,0	8,4	103.618,0
Outras transferências correntes	10.252,3	11.744,9	16.197,0	12.922,3	-20,2	1,3	71.987,4
4 - Outras receitas correntes	56.507,6	55.078,0	80.708,8	59.684,1	-26,1	6,0	64.530,1
Dívida ativa	8.354,8	8.441,8	7.794,9	6.865,4	-11,9	0,7	8.234,0
Demais receitas correntes	48.152,8	46.636,3	72.913,8	52.818,8	-27,6	5,3	56.296,1
5 - Deduções para o Fundeb	74.538,6	86.593,1	97.295,0	101.801,0	4,6	10,2	185.623,5
<b>6 - Receita de capital (7+8+9)</b>	<b>22.444,6</b>	<b>18.830,0</b>	<b>13.858,4</b>	<b>11.978,2</b>	<b>-13,6</b>	<b>1,2</b>	<b>16.263,5</b>
7 - Operações de crédito	18.051,7	12.971,6	10.012,6	2.324,6	-76,8	0,2	14.191,0
8 - Transferências de capital	1.472,8	4.886,5	3.068,0	953,6	-68,9	0,1	1.473,5
9 - Outras receitas de capital	2.920,2	971,9	777,8	8.700,0	1.018,5	0,9	599,0
<b>10 - Receita total<sup>2</sup> (1+6)</b>	<b>851.999,6</b>	<b>864.675,8</b>	<b>971.961,8</b>	<b>995.145,3</b>	<b>2,4</b>	<b>100,0</b>	<b>1.206.850,5</b>
11 - Repasse à Câmara Municipal	16.949,4	16.255,8	19.555,2	15.995,2	-18,2	1,6	24.102,5
12 - Receita transferida à administração indireta	58.705,2	61.152,5	66.356,8	58.413,3	-12,0	5,9	62.128,8
<b>13 - Receita total disponível<sup>3</sup> da Prefeitura (10-11-12)</b>	<b>776.345,0</b>	<b>787.267,5</b>	<b>886.049,9</b>	<b>920.736,8</b>	<b>3,9</b>	<b>92,5</b>	<b>1.120.619,2</b>

Fonte: balanços municipais. Notas: <sup>1</sup> valores sem as deduções para o Fundeb; <sup>2</sup> não inclui a receita arrecadada pelas entidades da administração indireta; <sup>3</sup> receita da Prefeitura excluídos os repasses para a Câmara Municipal e para as entidades da administração indireta.

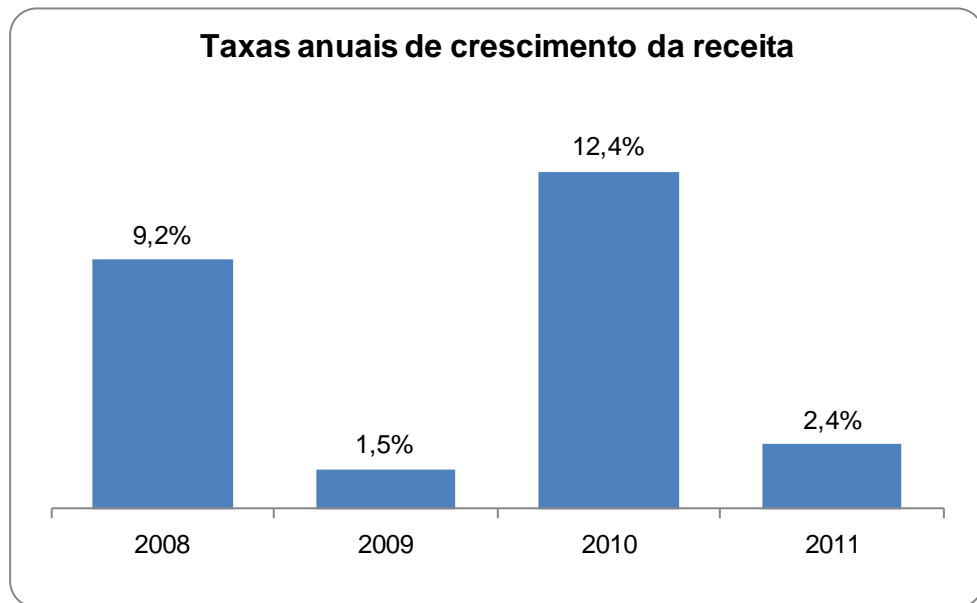
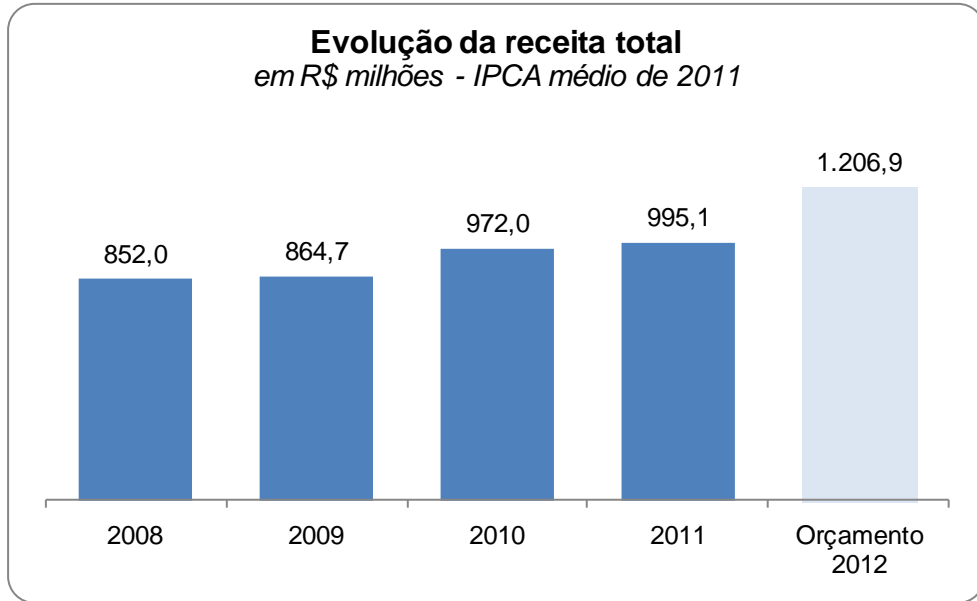
As receitas das administrações públicas são divididas em dois grandes grupos: receitas correntes e receitas de capital. O primeiro grupo é formado por recursos que entram regularmente nos cofres públicos e é composto, basicamente, pelos tributos municipais e pelas transferências dos governos federal e estadual. As receitas de capital são compostas pela contratação de operações de crédito, venda de bens públicos ou pela obtenção de recursos junto a outros níveis de governo. Esses tendem a variar muito de um ano para outro e só podem ser utilizados em gastos de capital, como os investimentos na realização de obras e aquisição de bens duráveis.



Em 2011, a receita total da Prefeitura de Jundiaí apresentou um aumento real, ou seja, já considerando os efeitos inflacionários, de 2,4%, totalizando R\$ 995,1 milhões, o que representou um adicional de R\$ 23,2 milhões, em relação a 2010. A exemplo de 2009, quando sofreu forte impacto da crise financeira internacional, a receita de Jundiaí teve uma baixa taxa de crescimento em 2011, em decorrência do fraco desempenho das economias brasileira e paulista, cuja taxa de expansão do PIB foi de apenas 2,7% e 2,9%, respectivamente.

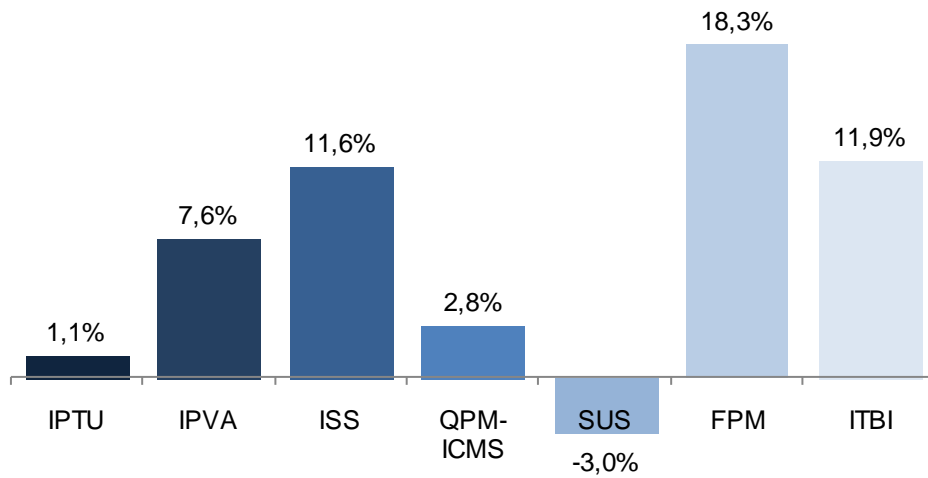
A Prefeitura realiza repasses financeiros para Câmara Municipal e para as entidades da administração indireta, para custear as suas atividades. Em 2011, foram transferidos R\$ 16 milhões para a Câmara e R\$ 58,4 milhões para a administração indireta. Descontados esses repasses, a receita realmente disponível para a Prefeitura foi de R\$ 920,7 milhões, valor 3,9% acima do ano anterior, de R\$ 886 milhões.

O crescimento da receita foi sustentado, principalmente, pelo bom desempenho das duas maiores receitas correntes do Município: a arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), que adicionou R\$ 16,5 milhões; e a transferência estadual da Quota-parte Municipal no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (QPM-ICMS), que adicionou outros R\$ 10,6 milhões. Em termos relativos, os maiores aumentos reais foram registrados pelo Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), de 19,2%, pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de 18,3%, e pelo Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Inter Vivos* (ITBI), de 11,9%.

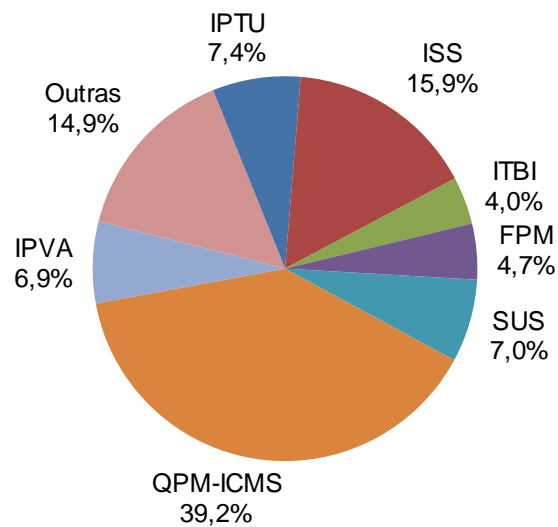




### Taxas de crescimento dos principais itens da receita - 2011/2010



### Composição da receita total - 2011







### As dez maiores receitas da Prefeitura Municipal de Jundiá - 2011

Item da receita	Origem	Valor em R\$ mil	Participação na receita	Participação acumulada
			em %	
1. QPM-ICMS	Transferência estadual	390.139,5	39,2	39,2
2. ISS	Tributo municipal	158.483,3	15,9	55,1
3. IPTU	Tributo municipal	73.838,1	7,4	69,5
4. SUS	Transferência federal	69.420,9	7,0	62,1
5. IPVA	Transferência estadual	68.336,2	6,9	76,4
6. FPM	Transferência federal	46.584,3	4,7	81,1
7. ITBI	Tributo municipal	39.807,3	4,0	91,4
8. IRRF	Retenção municipal	34.015,6	3,4	84,5
9. Taxas	Tributo municipal	28.818,4	2,9	87,4
10. Dívida ativa	Cobrança municipal	6.865,4	0,7	92,1
<b>Total das dez maiores</b>		<b>916.309,0</b>	<b>92,1</b>	<b>92,1</b>
Outras receitas	Diversas	78.836,3	7,9	100,0
<b>Total</b>		<b>995.145,3</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: balanços municipais.

## 2.1 RECEITA TRIBUTÁRIA

A arrecadação de tributos em Jundiá totalizou R\$ 335 milhões em 2011, 8,6% a mais quando comparado ao ano anterior. Com exceção das taxas, que apresentaram uma queda real de 2% em relação a 2010, todos os demais tributos municipais tiveram um desempenho positivo.

A menor taxa de crescimento foi registrada pelo Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), de 1,1%, quando sua arrecadação passou de R\$ 73 milhões para R\$ 73,8 milhões, de 2010 para 2011. No outro extremo, o IRRF foi o tributo que apresentou a maior taxa de variação, de 19,2%. A Prefeitura reteve R\$ 34 milhões do IRRF, em 2011, superando em R\$ 5,5 milhões o valor retido em 2010.

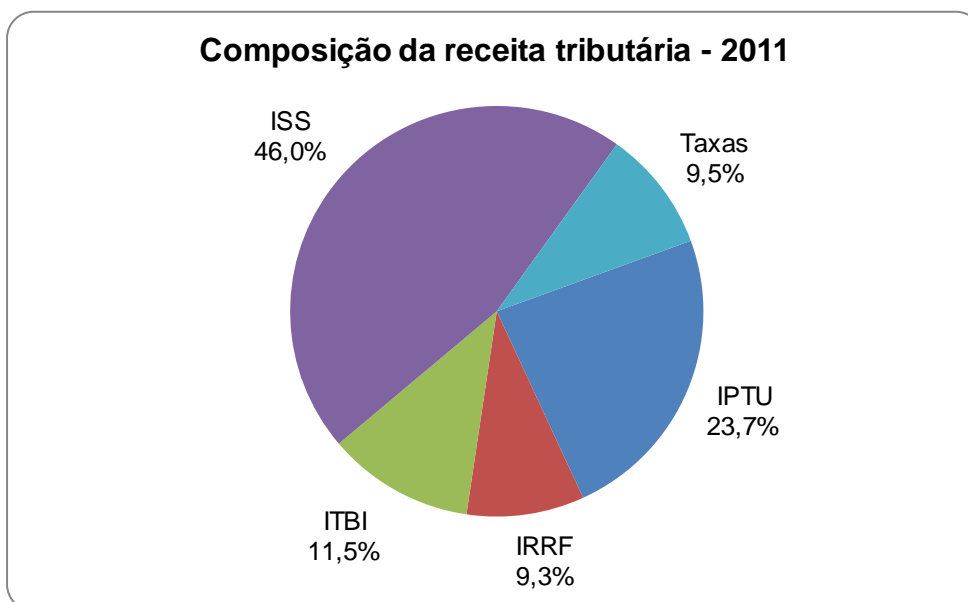
O ITBI também apresentou um ótimo desempenho, com um aumento de 11,9% no mesmo período, totalizando R\$ 39,8 milhões. Mesmo apresentando um desempenho bem menos expressivo que o registrado no ano anterior, o aumento da arrecadação desse imposto continua refletindo o aquecimento do setor imobiliário no Município. Segundo os dados do Sistema Financeiro de Habitação, divulgados pelo Banco Central do Brasil, houve uma forte expansão do setor imobiliário brasileiro entre 2010 e 2011, registrando um crescimento de 31,9% nos valores de



financiamentos liberados para a aquisição de imóveis. No Estado de São Paulo esse aumento foi um pouco maior, de 34,2%.

A arrecadação do ISS apresentou um comportamento semelhante ao do ITBI, com um crescimento de 11,6%, o que significou um incremento de R\$ 16,5 milhões, o maior volume adicionado por uma única fonte de receita em 2011. O recolhimento total do ISS chegou a R\$ 158,5 milhões e respondeu por 15,9% de toda a receita do Município.

Conforme mencionado acima, a receita proveniente das taxas municipais foi a única, entre os tributos, a registrar um montante menor que o do ano anterior, passando de R\$ 29,4 milhões, em 2010, para R\$ 28,8 milhões, em 2011. Essa retração, associada à forte expansão do IRRF fez com que o recolhimento de taxas caísse da oitava para a nona posição no *ranking* das dez maiores receitas da Prefeitura de Jundiaí. Mesmo assim, as taxas respondem por quase 3% da receita total, e guardam uma distância de mais de R\$ 20 milhões em relação ao décimo colocado no *ranking*, a receita da dívida ativa.





## 2.2 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes são receitas auferidas pelos municípios, provenientes de outros entes públicos ou privados. Todas as transferências intergovernamentais são obrigatórias e regulamentadas pela Constituição Federal e por legislação federal. As principais transferências provenientes da União são o FPM e os recursos destinados ao financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e, do governo estadual, são o ICMS e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Em 2011, a Prefeitura de Jundiaí recebeu R\$ 690,3 milhões em transferências correntes, o que representou 69,4% da receita total. Desse montante, R\$ 131,5 milhões vieram da União; R\$ 462,6 milhões do Estado; R\$ 83,3 milhões do Fundeb; R\$ 6,9 milhões de convênios com a União e R\$ 4,9 milhões com o Estado para as áreas de saúde, educação, assistência social e combate à fome; e outros R\$ 1,1 milhão de doações de pessoas e instituições privadas ao Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

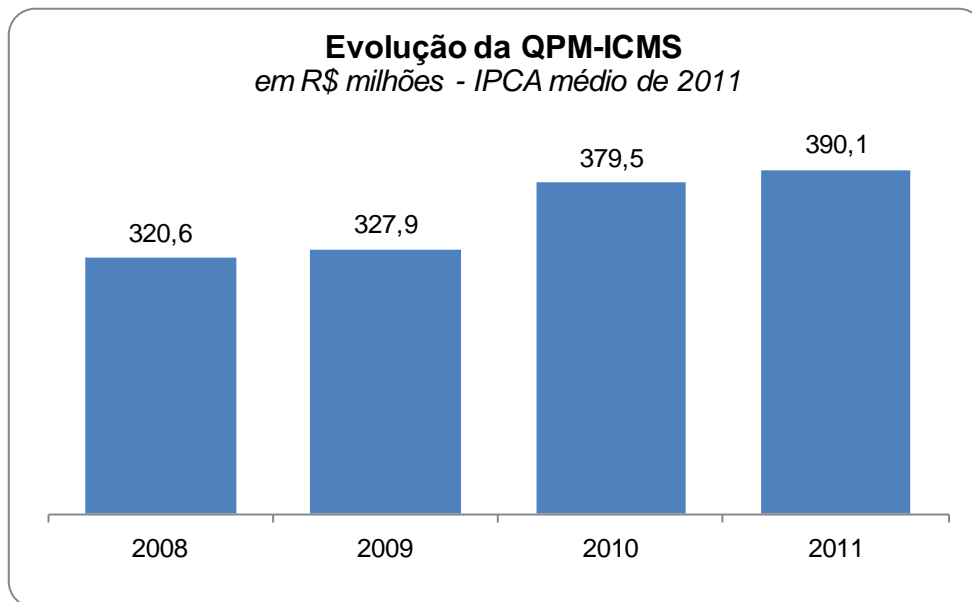
### 2.2.1 Transferências do Estado

De acordo com a Constituição Federal, parte da arrecadação do ICMS e do IPVA dos estados brasileiros deve ser repartida com seus respectivos municípios, além de 25% dos valores recebidos das transferências federais do IPI-exportação e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE).

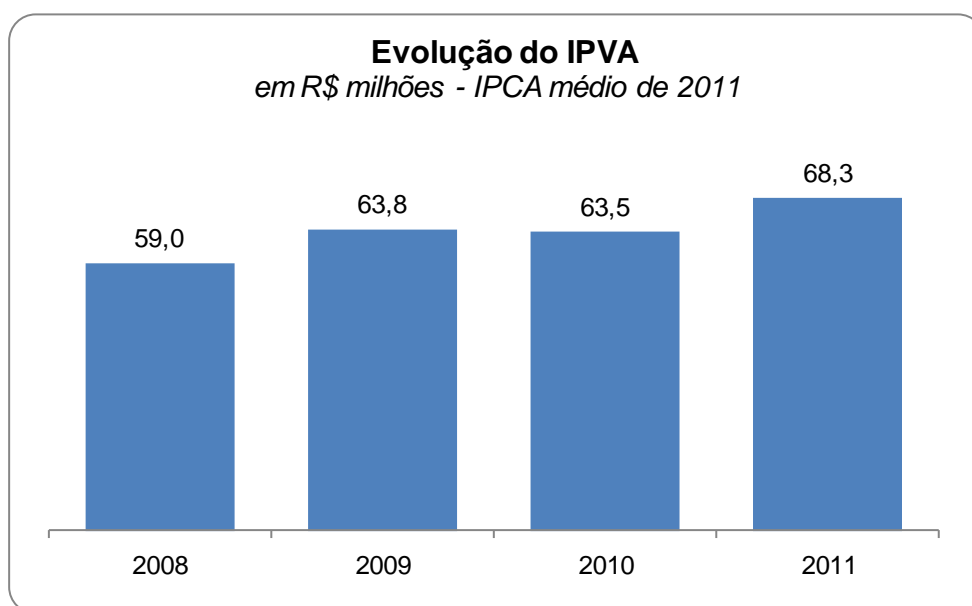
Os repasses do ICMS são a maior fonte de receita da Prefeitura de Jundiaí, respondendo por quase 40% de sua receita total. Em 2011, o Município recebeu 2,8% a mais que no ano anterior, totalizando R\$ 390,1 milhões. Esse desempenho, bastante inferior aos 15,8% de crescimento registrado em 2010, decorreu da desaceleração da arrecadação do ICMS no Estado de São Paulo, cujo crescimento foi de 3,5%. Ao longo de 2011, a economia paulista mostrou uma forte redução no ritmo de crescimento, encerrando o ano com uma expansão de apenas 2,9% no PIB estadual. A agropecuária foi o setor da economia que apresentou o pior desempenho, sofrendo uma retração de 1,7%. A indústria teve um comportamento



muito tímido, com alta de 1,2%, enquanto o setor de serviços cresceu 3,8%. A performance desses três setores, cujas atividades são passíveis de cobrança do ICMS, afeta diretamente o recolhimento desse tributo.



As transferências estaduais do IPVA totalizaram R\$ 68,3 milhões, 7,6% a mais quando comparado a 2010, o que significou um incremento de R\$ 4,8 milhões. A frota municipal também apresentou um crescimento de 7,6%, passando de 238.304 para 256.353 veículos, no mesmo período.

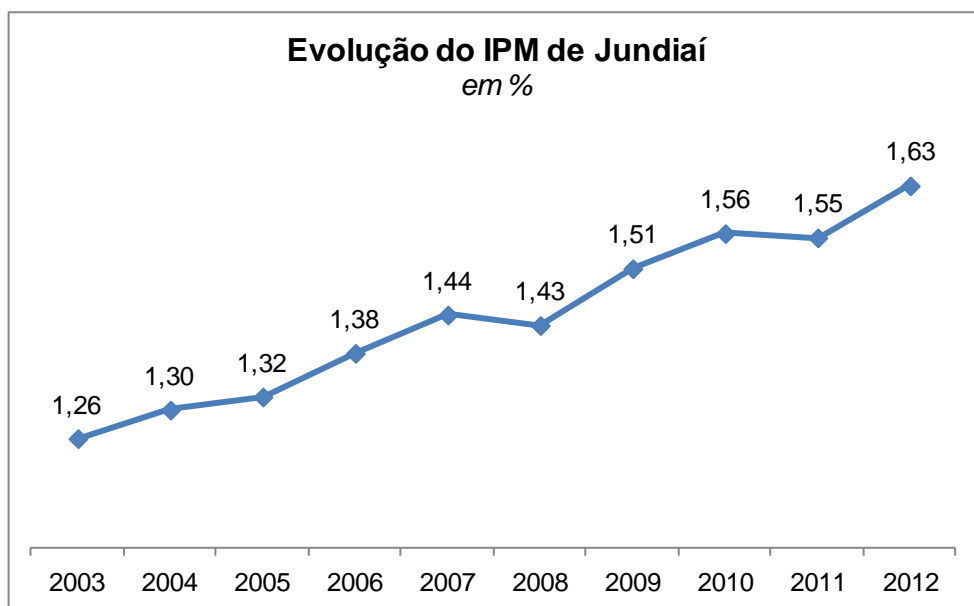




Os repasses do IPI-exportação aumentaram 11,5%, passando de R\$ 3,1 milhões para R\$ 3,4 milhões. Já a parcela municipal da CIDE somou R\$ 659,5 mil, 13,2% acima do total recebido em 2010. Segundo a Constituição Federal, parte dos repasses da CIDE deve ser aplicado no financiamento de programas de infraestrutura de transportes.

## ICMS

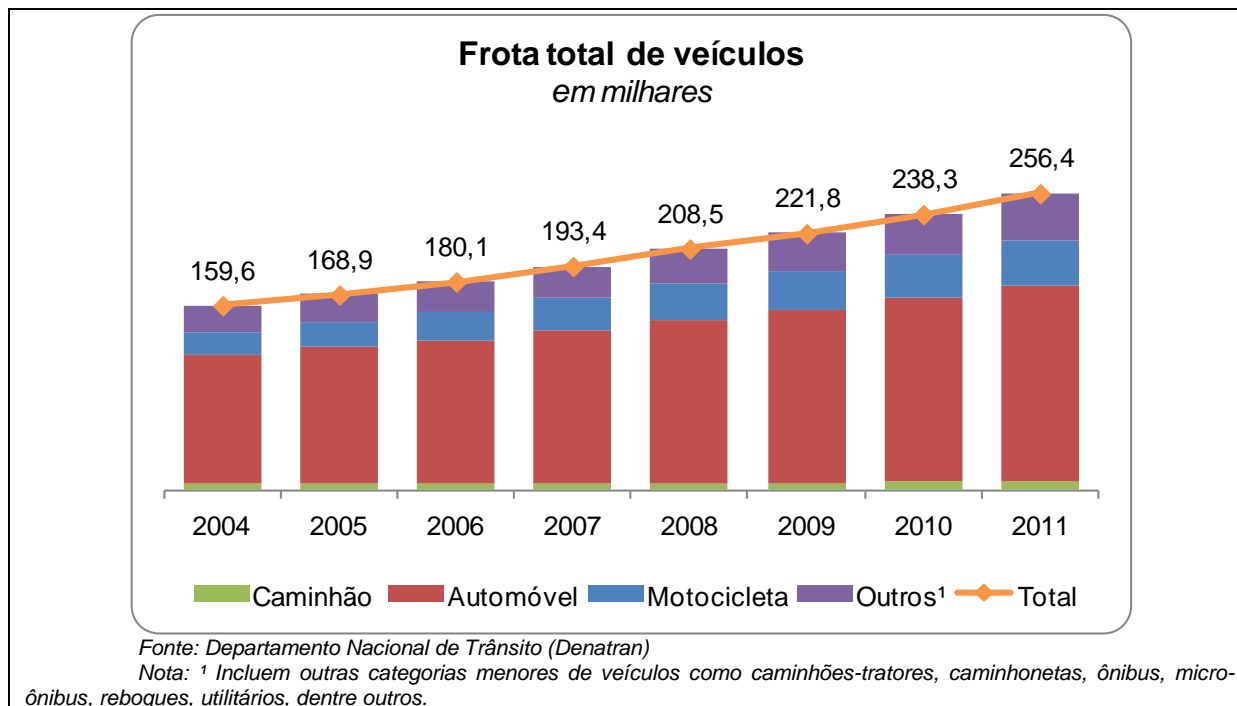
Para dividir a quota do ICMS entre os municípios de um Estado, são utilizados os Índices de Participação dos Municípios (IPM), calculados anualmente de acordo com o artigo 158, parágrafo único, da Constituição Federal.



Fonte: Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de São Paulo

## IPVA

Do total do IPVA recolhido, 50% ficam com o Estado e a outra metade é repassada ao município onde o veículo foi licenciado. Dessa forma, o crescimento da receita do IPVA em Jundiáí está diretamente relacionado ao aumento da frota de veículos da cidade. No Estado de São Paulo, a alíquota cobrada no IPVA varia de 1,5% a 4% sobre o valor venal do veículo, calculado anualmente no mês de setembro pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (Fipe), com base nos valores médios de mercado.



## 2.2.2 Transferências da União

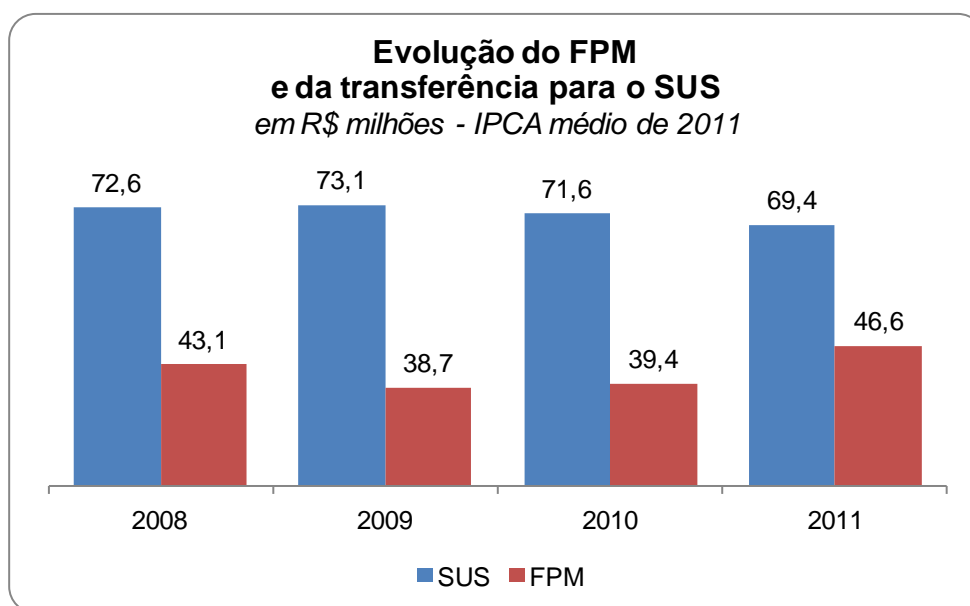
A União é a responsável pelo repasse do FPM, Imposto Territorial Rural (ITR), transferências para o SUS, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), compensação pela isenção de ICMS sobre produtos e serviços destinados à exportação (Lei Federal Complementar nº 87/1996 – Lei Kandir), entre outras. São transferências cujos valores repassados são bem menores, comparados aos recebimentos do Estado ou à receita tributária de Jundiaí, mas, não deixam de ser importantes. Algumas dessas transferências, como o SUS e o FNDE, possuem destinação certa, e financiam programas específicos dentro do Município.

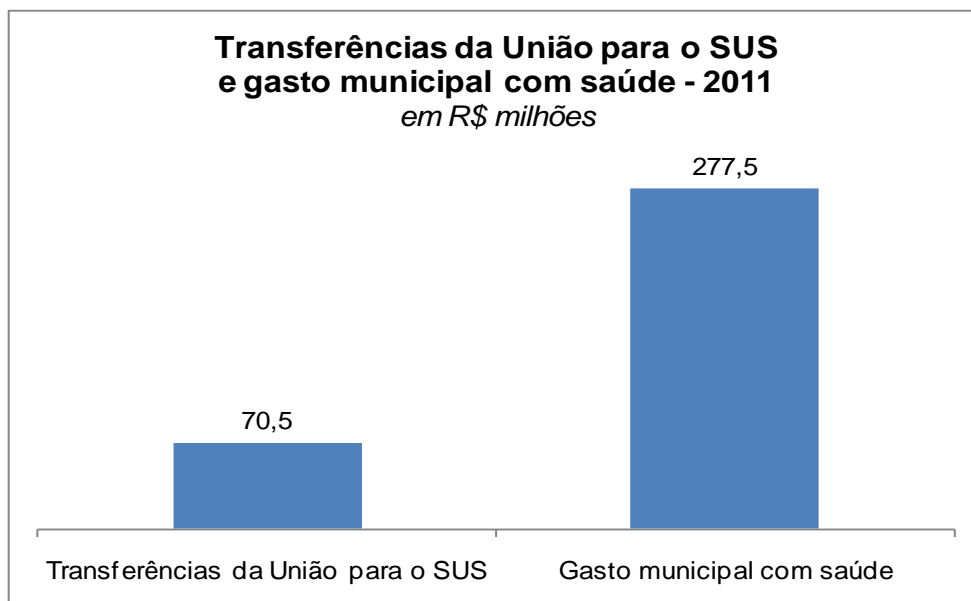
Os recursos transferidos via FPM totalizaram R\$ 46,6 milhões, com um crescimento de 18,3%, acrescentando R\$ 7,2 milhões à receita. Esse aumento se deu devido ao bom desempenho da arrecadação federal em 2011, especialmente em relação ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e ao Imposto sobre a Renda (IR), base de formação do FPM, que tiveram um crescimento de 10% e 12,5%, respectivamente.



Já os repasses da União para auxiliar no custeio do SUS apresentaram queda pelo segundo ano consecutivo. Em 2010, houve uma diminuição de 2,4% e, em 2011, de 2,9%, o que equivaleu a uma perda total de R\$ 3,9 milhões nesses dois anos. Os R\$ 70,5 milhões recebidos em 2011 cobriram apenas 28,5% das despesas municipais com saúde.

Os recebimentos pela desoneração do ICMS das exportações, regulamentados pela Lei Kandir, que em 2011 totalizaram R\$ 2,4 milhões, também apresentaram redução pelo segundo ano consecutivo, somando R\$ 206,4 mil de perdas reais nesse período. Em contrapartida, as transferências do ITR e do FNDE tiveram um ótimo desempenho entre 2010 e 2011, com um crescimento de 25% e 13,2%, respectivamente. Ao todo, o Município recebeu R\$ 150,7 mil de ITR e R\$ 11,5 milhões do FNDE.



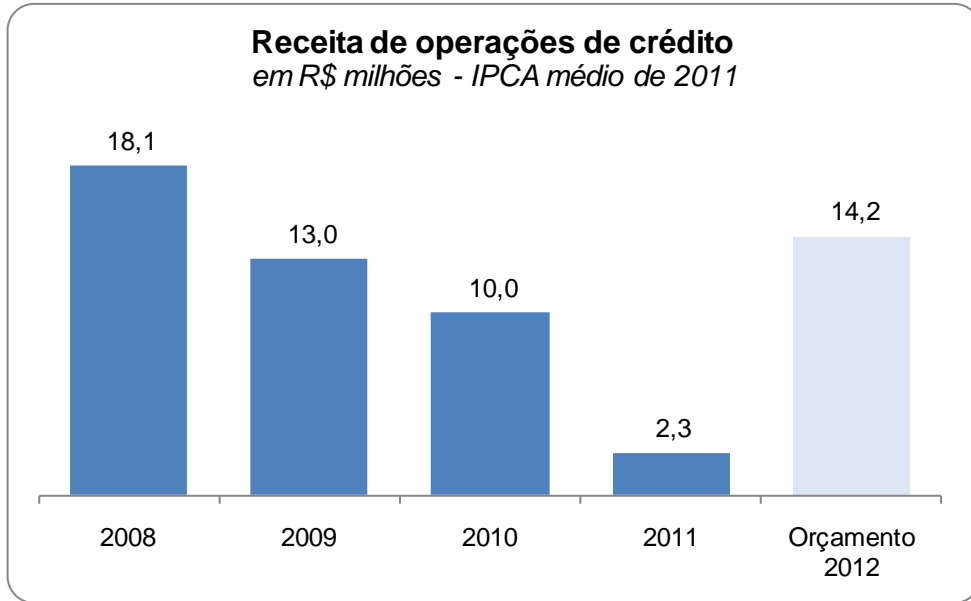


### 2.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito são empréstimos e financiamentos contraídos pelos governos junto às instituições financeiras oficiais. Geralmente, são recursos utilizados para a realização de grandes empreendimentos públicos, cujo volume de recursos a ser despendido está além da capacidade de geração de recursos correntes por parte do governo. O ente público também pode contratar operações de crédito para outras finalidades, como aquisição de máquinas e equipamentos permanentes, entre outros bens de capital.

Em 2011, a Prefeitura de Jundiaí recebeu mais uma parcela de R\$ 2,3 milhões da Caixa Econômica Federal (CEF) para a continuação do Programa Saneamento para Todos. Os recursos estão sendo aplicados em obras destinadas a acabar com todos os pontos de alagamento do Município. O contrato inicial com a CEF, a ser pago em 15 anos, foi de R\$ 43,3 milhões, dos quais R\$ 35 milhões já foram liberados. O restante dos recursos será repassado de acordo com o andamento das obras.







## PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA GESTÃO DOS SETORES SOCIAIS BÁSICOS (PMAT)

O Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT) é um programa criado em 1997 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujos principais objetivos são: melhorar a gestão tributária dos municípios; aumentar a eficiência na alocação dos recursos públicos e no controle dos gastos; melhorar a qualidade do atendimento ao cidadão; e dar maior transparência às ações governamentais.

Em 2007, após colher os frutos das ações implementadas no primeiro PMAT, a Prefeitura de Jundiá realizou um segundo contrato junto ao BNDES, visando a dar continuidade às ações de modernização da administração pública, contemplando cinco áreas distintas: tributária; orçamentária e financeira; administração geral; saúde; e assistência social. O segundo PMAT de Jundiá já se encontra em fase de finalização das ações. Dos R\$ 7,3 milhões contratados, R\$ 6,2 milhões já foram aplicados e a maioria das ações do PMAT já foi concluída, com exceção do plano estratégico e implantação do *Balanced Scorecard*, e da gestão por processos.

### Ações previstas no PMAT II do BNDES

Ações	Valor do projeto	Realizado até 2011	A realizar
	em R\$ - correntes		
<b>Área Tributária</b>	<b>6.351.057,38</b>	<b>5.310.395,50</b>	<b>1.040.661,88</b>
Ação 01 - Implementação do Sistema de Custos	575.750,00	575.750,00	0,00
Ação 02 - Implantação da Escola de Governo	400.000,00	400.000,00	0,00
Ação 03 - Implantação parcial do Sistema de Geoprocessamento	1.957.000,00	1.957.000,00	0,00
Ação 04 - Atualização tecnológica; Implantação de sistema para segurança da informação	1.205.167,48	1.205.167,48	0,00
Ação 05 - Equipamentos de apoio à fiscalização	228.306,55	228.306,55	0,00
Ação 06 - Informatização da administração tributária	695.256,51	695.256,61	-0,10
Ação 07 - Plano estratégico e implantação do Balanced Scorecard	800.845,60	57.300,00	743.545,60
Ação 08 - Gestão por processos	488.731,24	191.614,86	297.116,38
<b>Área Orçamentária e Financeira</b>	<b>20.300,00</b>	<b>20.300,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 01 - Informatização da administração orçamentária e financeira	20.300,00	20.300,00	0,00
<b>Administração Geral</b>	<b>226.146,12</b>	<b>226.146,12</b>	<b>0,00</b>
Ação 01 - Implantação do plano de cargos e salários, capacitação dos servidores e adequação física	226.146,12	226.146,12	0,00
<b>Área da Saúde</b>	<b>510.000,00</b>	<b>510.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 01 - Implantação de gestão hospitalar	510.000,00	510.000,00	0,00
<b>Área de Assistência Social</b>	<b>153.000,00</b>	<b>153.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 01 - Informatização da Assistência Social	153.000,00	153.000,00	0,00
<b>Total</b>	<b>7.260.503,50</b>	<b>6.219.841,62</b>	<b>1.040.661,88</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças



### 3 DESPESAS DA PREFEITURA

#### Principais itens da despesa – 2008-2011

Itens da despesa	2008	2009	2010	2011	Variação relativa 2011/2010	Composição 2011	Orçamento 2012 <sup>2</sup>
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011				em %		em R\$ mil - corrente
<b>1 - Pessoal</b>	<b>309.606,8</b>	<b>336.101,4</b>	<b>346.493,0</b>	<b>367.849,4</b>	<b>6,2</b>	<b>40,0</b>	<b>488.298,7</b>
Ativos	296.696,2	324.326,4	334.254,4	355.477,6	6,3	38,7	462.527,0
Inativos	8.072,2	7.082,3	8.259,5	7.683,4	-7,0	0,8	10.992,0
Pensionistas	2.426,7	2.106,8	857,8	1.347,0	57,0	0,1	2.612,0
Salário-família	2.411,7	2.585,8	3.121,3	3.341,3	7,0	0,4	12.167,7
<b>2 - Custeio</b>	<b>332.696,9</b>	<b>336.818,7</b>	<b>406.939,7</b>	<b>443.458,0</b>	<b>9,0</b>	<b>48,3</b>	<b>553.277,5</b>
Material de consumo	42.130,9	46.826,5	59.499,3	52.681,3	-11,5	5,7	56.685,9
Serviços de terceiros	213.683,3	233.224,7	323.069,9	363.456,9	12,5	39,6	465.413,1
Outras despesas de custeio	76.882,8	56.767,5	24.370,4	27.319,9	12,1	3,0	31.178,6
<b>3 - Juros e amortizações da dívida</b>	<b>43.567,3</b>	<b>42.423,9</b>	<b>39.459,9</b>	<b>35.950,2</b>	<b>-8,9</b>	<b>3,9</b>	<b>43.198,0</b>
<b>4 - Investimentos<sup>1</sup></b>	<b>106.699,4</b>	<b>64.722,7</b>	<b>102.065,7</b>	<b>71.395,8</b>	<b>-30,0</b>	<b>7,8</b>	<b>120.825,3</b>
<b>5 - Despesa total (1+2+3+4)</b>	<b>792.570,5</b>	<b>780.066,6</b>	<b>894.958,3</b>	<b>918.653,3</b>	<b>2,6</b>	<b>100,0</b>	<b>1.205.599,5</b>

Fonte: balanços municipais.

Notas: <sup>1</sup> refere-se à despesa de capital, exceto as amortizações da dívida; <sup>2</sup> valores estimados para o ano de 2012.

Os gastos públicos são registrados em duas categorias distintas: despesas correntes e de capital. Nas despesas correntes estão incluídos os gastos com a folha de pagamento e seus encargos, o custeio dos serviços públicos, o pagamento de juros da dívida, entre outros. Já nas despesas de capital estão incluídos os investimentos e a amortização da dívida pública.

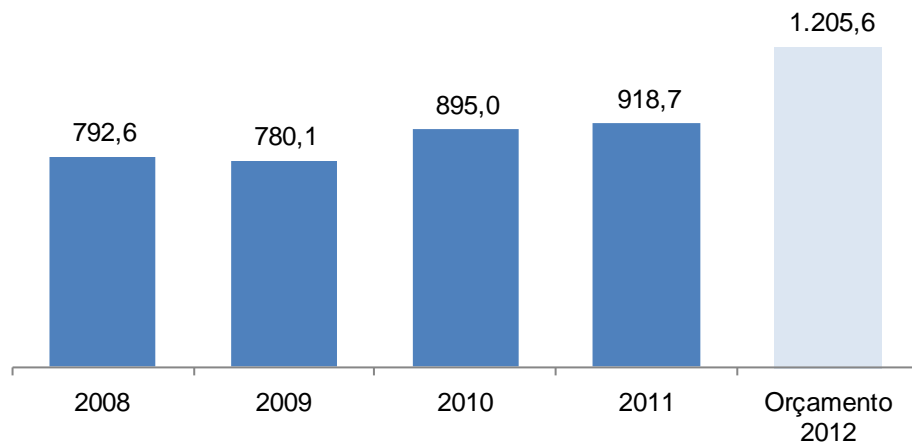
Como houve um arrefecimento no ritmo da evolução das receitas, as despesas da Prefeitura Municipal foram controladas e tiveram um aumento de 2,6%, passando de R\$ 895 milhões para R\$ 918,7 milhões, entre 2010 e 2011.

O custeio representou 48,3% de toda a despesa da Prefeitura e foi o item, dentre os principais, que mais cresceu em 2011, com 9%. No entanto, essa expansão foi menor que a registrada em 2010, de 20,8% em relação a 2009. Os gastos com pessoal vieram em segundo lugar, tanto em participação na despesa, com 40%, quanto em aumento anual, com 6,2%.

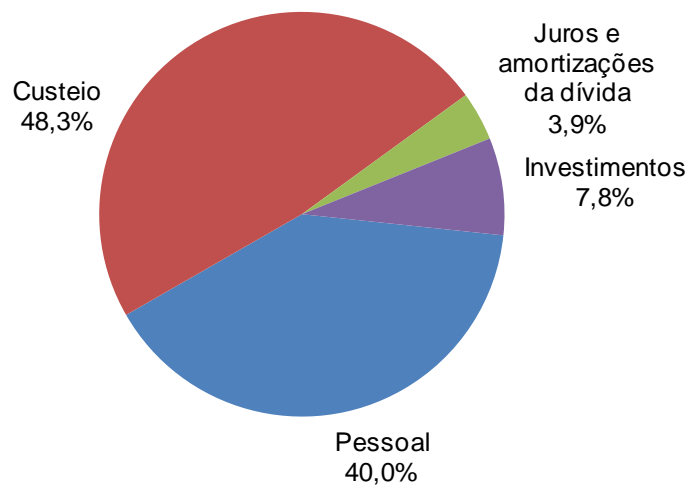
As despesas com investimentos e com juros e amortizações da dívida, que juntas representaram 11,7% do total, recuaram em 30% e em 8,9%, respectivamente, em relação a 2010.

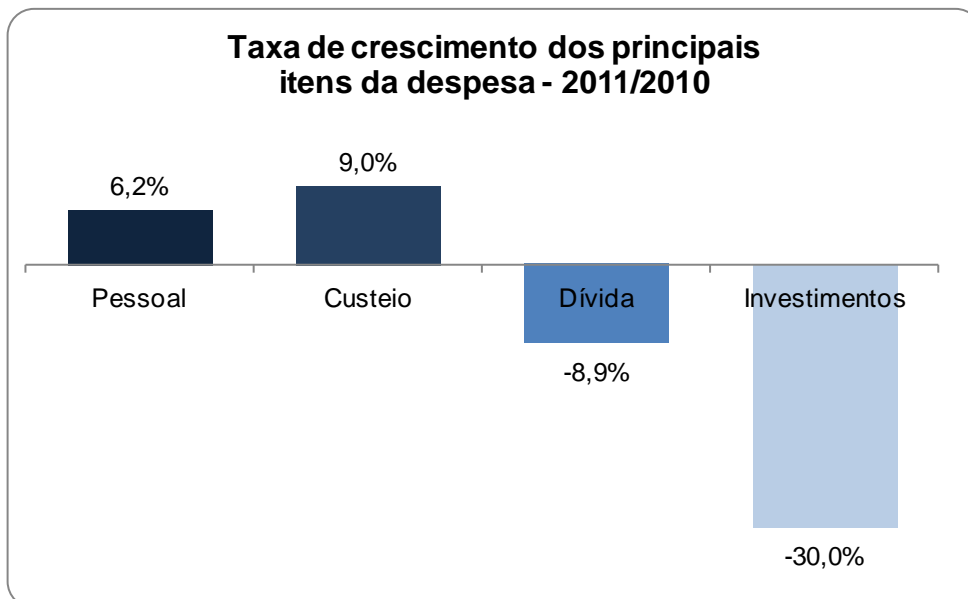


### Evolução da despesa total em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



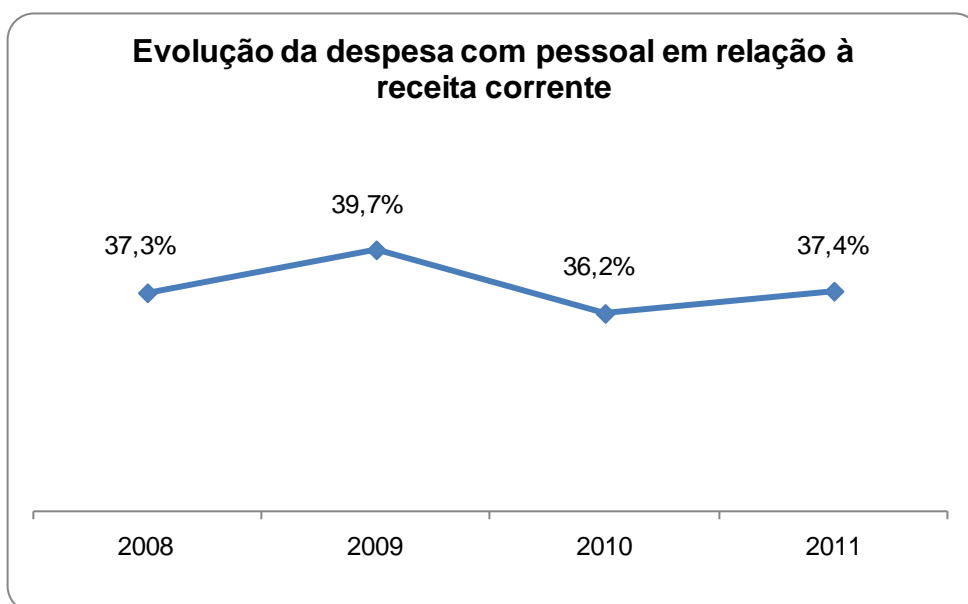
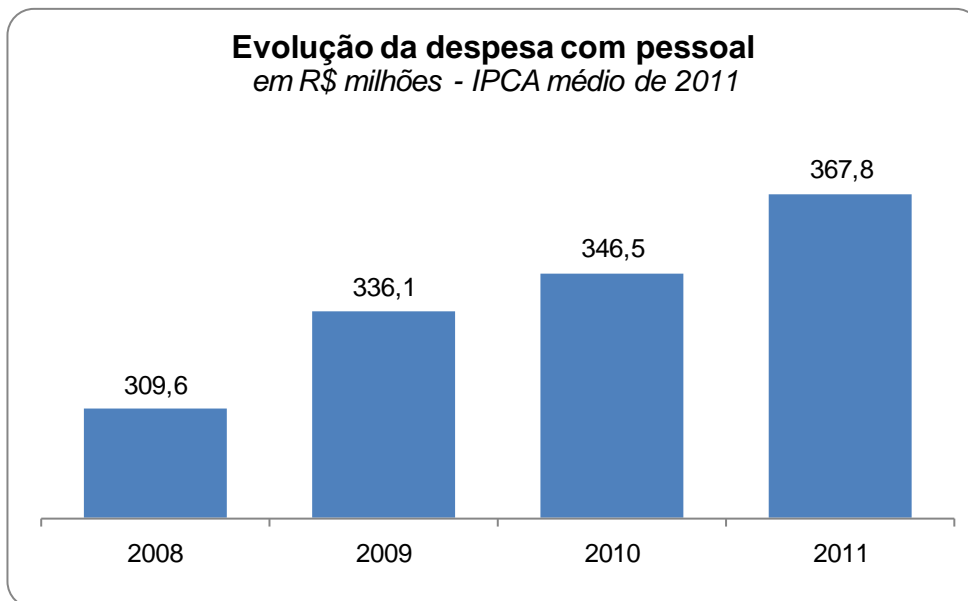
### Composição da despesa total - 2011





### 3.1 PESSOAL

O gasto com pessoal é formado pelas despesas com os salários dos servidores, aposentadorias, pensões, contratações temporárias, obrigações patronais, entre outros itens de menor importância. Entre 2010 e 2011, eles foram incrementados em R\$ 21,4 milhões, passando de R\$ 346,5 milhões para R\$ 367,8 milhões, respectivamente. O crescimento desse item do gasto foi, portanto, de 6,2%, taxa acima da registrada pela receita corrente no mesmo período, de 2,6%. Isso fez com que o comprometimento da receita com pessoal aumentasse de 36,2% para 37,4%. Mesmo com esse incremento, a despesa com pessoal de Jundiaí permanece dentro do limite estabelecido pela LRF.



As secretarias municipais de Educação e Esportes, de Saúde e a Guarda Municipal foram os órgãos onde mais cresceu a despesa com pessoal, com um incremento de R\$ 18,8 milhões, R\$ 1,9 milhão e R\$ 1,6 milhão, o que equivaleu a taxas de crescimento de 14,9%, 8,7% e 18,1%, respectivamente.

O gasto com os servidores ativos cresceu 6,3%, totalizando R\$ 355,5 milhões. Coincidentemente, as contratações também aumentaram a uma taxa de 6,3%, no mesmo período.



### Despesa com pessoal por secretaria

Secretaria municipal	2010	2011	Varição 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011		em %	
Educação e Esportes	126.058,7	144.843,9	14,9	39,4
Saúde	68.953,4	68.726,0	-0,3	18,7
Guarda Municipal	22.244,6	24.183,6	8,7	6,6
Planejamento e Meio Ambiente	21.517,7	19.433,9	-9,7	5,3
Serviços Públicos	18.137,5	18.721,4	3,2	5,1
Outras	89.581,0	91.940,5	2,6	25,0
<b>Total</b>	<b>346.493,0</b>	<b>367.849,4</b>	<b>6,2</b>	<b>100,0</b>

Fonte: balanços municipais.

### Número de servidores por secretaria

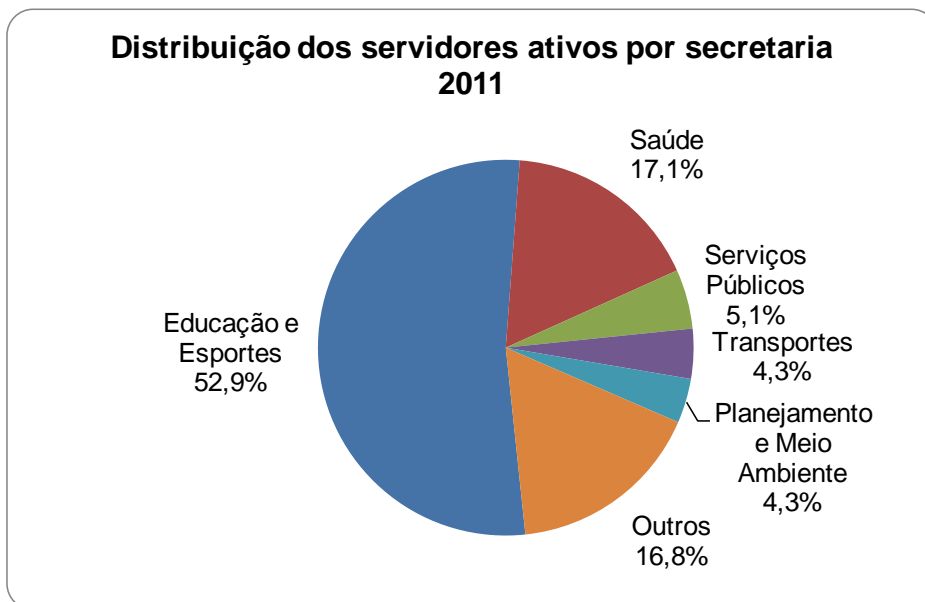
Secretaria Municipal	2010	2011	Varição 2011/2010	Composição 2011
			em %	
Educação e Esportes	3.499	3.854	10,1	52,9
Saúde	1.206	1.245	3,2	17,1
Serviços Públicos	361	373	3,3	5,1
Transportes	309	313	1,3	4,3
Guarda Municipal	275	279	1,5	3,8
Planejamento e Meio Ambiente <sup>1</sup>	296	290	-2,0	4,0
Assistência e Desenvolvimento Social	148	162	9,5	2,2
Finanças	156	171	9,6	2,3
Administração	120	121	0,8	1,7
Obras	112	112	0,0	1,5
Recursos Humanos	59	57	-3,4	0,8
Casa Civil	65	69	6,2	0,9
Cultura	58	47	-19,0	0,6
Negócios Jurídicos	64	64	0,0	0,9
Agricultura e Abastecimento	37	44	18,9	0,6
Comunicação Social	27	28	3,7	0,4
Desenvolvimento Econômico	28	29	3,6	0,4
Gabinete do Prefeito	19	17	-10,5	0,2
Assuntos Fundiários	11	11	0,0	0,2
Assuntos Parlamentares	8	6	-25,0	0,1
<b>Total de servidores ativos</b>	<b>6.858</b>	<b>7.292</b>	<b>6,3</b>	<b>100,0</b>
Inativos e pensionistas <sup>2</sup>	331	312	-5,7	-
Servidores cedidos <sup>3</sup>	89	94	5,6	-
<b>Total geral</b>	<b>7.278</b>	<b>7.698</b>	<b>5,8</b>	<b>-</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Recursos Humanos.

Notas: <sup>1</sup> constam servidores do quadro especial – DAE S/A; <sup>2</sup> servidores ou pensionistas (aposentadorias custeadas pela PMJ e não pelo IPREJUN); <sup>3</sup> servidores cedidos a outros órgãos (Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, entre outros).



Um total de 434 novos servidores ativos foi incorporado ao quadro funcional, a maioria na Secretaria Municipal de Educação e Esportes (81,8%), seguida pela de Saúde (9%), de Finanças (3,5%), de Assistência e Desenvolvimento Social (3,2%) e pela de Serviços Públicos (2,8%).



#### Número de servidores por vínculo

Vínculo	2010	2011	Varição 2011/2010	Composição 2011
Estatutários	6.045	6.522	7,9%	88,3%
Comissionados	438	423	-3,4%	5,7%
Celetistas	177	159	-10,2%	2,2%
Temporários <sup>1</sup>	39	48	23,1%	0,6%
Outros <sup>2</sup>	248	234	-5,6%	3,2%
<b>Total ativos</b>	<b>6.947</b>	<b>7.386</b>	<b>6,3%</b>	<b>100,0%</b>
Inativos e pensionistas <sup>3</sup>	331	312	-5,7%	-
<b>Total</b>	<b>7.278</b>	<b>7.698</b>	<b>5,8%</b>	-

Fonte: Secretaria Municipal de Recursos Humanos. Notas: <sup>1</sup> Contratação temporária de médicos, professores, operadores de máquinas, etc.; <sup>2</sup> Servidores municipalizados, saúde, educação; <sup>3</sup> Servidores ou pensionistas (aposentadorias custeadas pela PMJ).

#### Limites para a despesa com pessoal

A Lei Federal Complementar nº 101/2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece alguns indicadores de controle sobre as finanças públicas que devem ser observados pelas três esferas de governo. A despesa com pessoal do Poder Executivo municipal não poderá exceder a 54% do total da receita corrente líquida (RCL), caso contrário o município ficará impedido de receber transferências voluntárias, obter garantia direta ou indireta de outro ente e contratar operações de crédito, enquanto perdurar o excesso. A RCL utilizada para o cálculo dos indicadores da LRF corresponde à receita corrente, excluídas as contribuições dos servidores ao sistema de previdência, as compensações financeiras entre os diversos regimes de previdência social e as deduções para o Fundeb. Em 2011, o comprometimento da RCL com pessoal do Executivo de Jundiá foi de 33,4%.

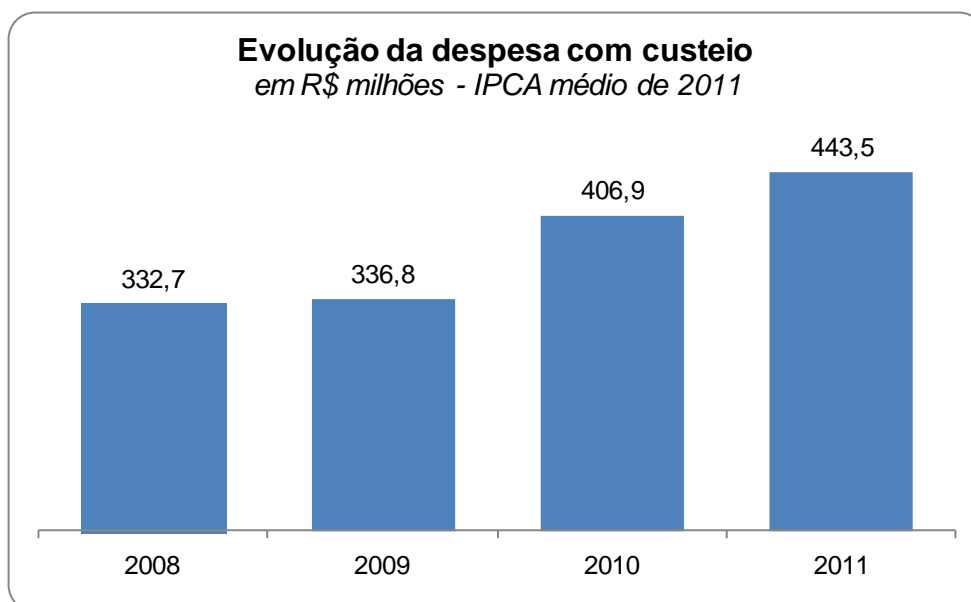


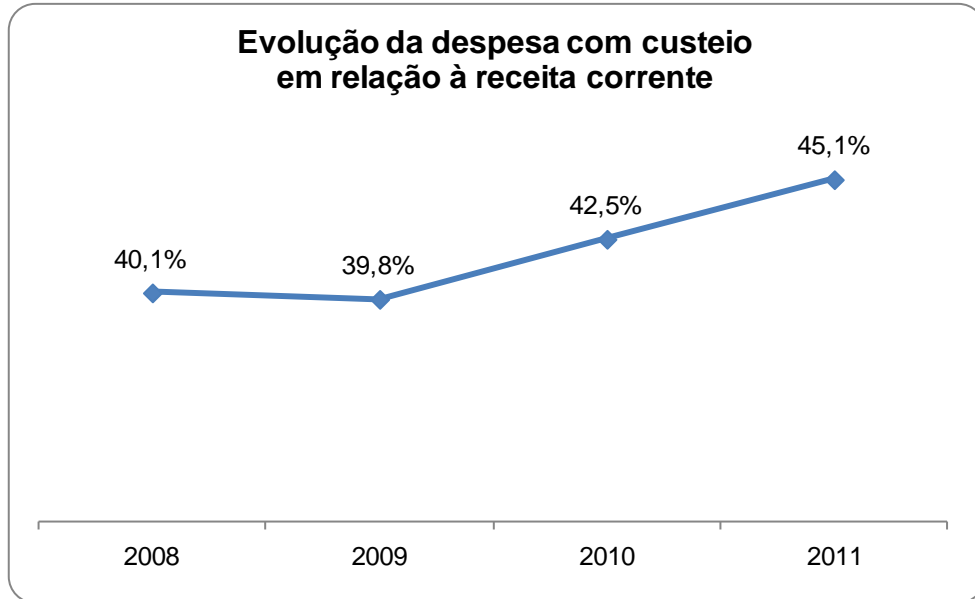


### 3.2 CUSTEIO

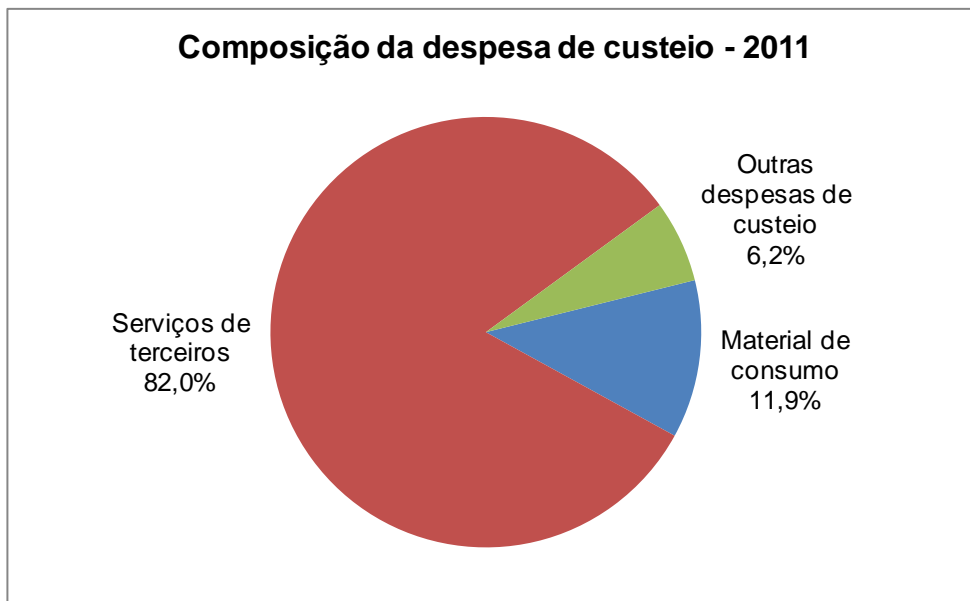
O custeio é composto pelas despesas destinadas a viabilizar o funcionamento dos serviços prestados à população, bem como à manutenção e conservação do patrimônio público. Nessa categoria estão incluídos os gastos com energia elétrica, telefonia, serviços de conservação de vias públicas, de limpeza e coleta de lixo, combustíveis, compra de materiais de diversas naturezas, como medicamentos, materiais ambulatoriais, de limpeza, de escritório, entre outros necessários à provisão dos serviços públicos.

Em 2011, o custeio aumentou 9%, totalizando R\$ 443,5 milhões. Sua participação na receita corrente subiu de 42,5% para 45,1%. Os gastos com custeio tendem a aumentar com o crescimento da cidade e a expansão dos investimentos. Novas ruas, escolas, praças, unidades de saúde, entre outros equipamentos, necessitam de maior volume de recursos para manutenção.

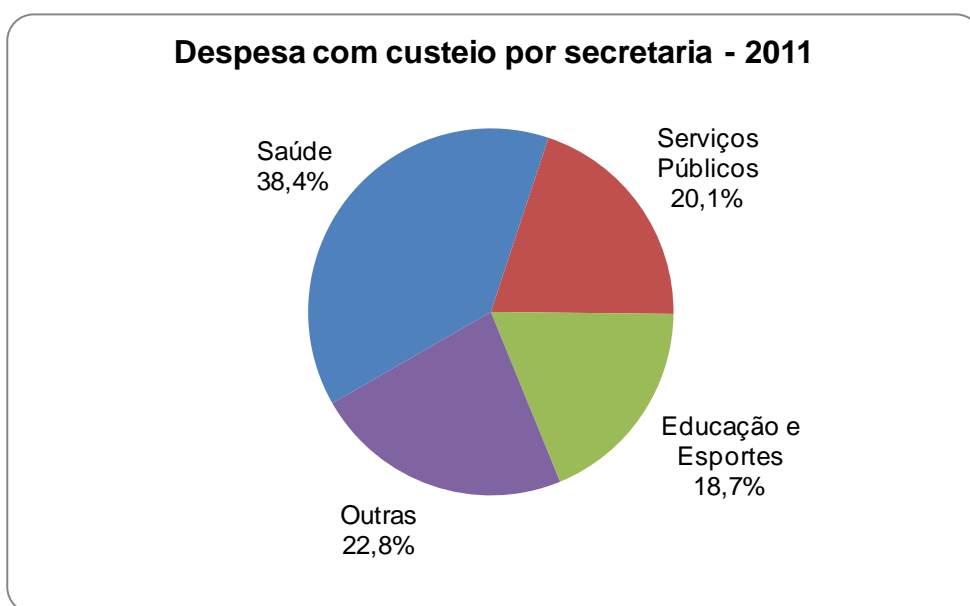




O custeio pode ser dividido em três grandes grupos: serviços de terceiros, material de consumo e outras despesas de custeio. O primeiro grupo citado é o maior em termos de volume de recursos aplicados. Os dispêndios efetuados em 2011 com serviços de terceiros, de R\$ 363,5 milhões, representaram 82% do total do custeio municipal. Houve um aumento de 12,5%, nesse item, em relação a 2010. A maior parte dos gastos com serviços de terceiros são destinados à manutenção e expansão da iluminação e aos serviços de limpeza pública e coleta de lixo da cidade. Os gastos com material de consumo, de R\$ 52,7 milhões, tiveram uma redução de 11,5%, o que representou uma economia de R\$ 6,8 milhões. As demais despesas de custeio totalizaram R\$ 27,3 milhões, valor 12,1% acima do realizado em 2010.



A Secretaria Municipal de Saúde, devido à grande demanda por materiais hospitalares, ambulatoriais, odontológicos, por medicamentos e ainda em função do custo dos serviços médicos e de diagnósticos prestados, é o órgão municipal que concentra a maior parte dos gastos com custeio (38,4%). Em 2011, eles totalizaram R\$ 170,4 milhões, R\$ 18,6 milhões a mais que no ano anterior. As secretarias de Serviços Públicos (20,1%) e Educação e Esportes (18,7%) também possuem uma grande participação no custeio municipal.





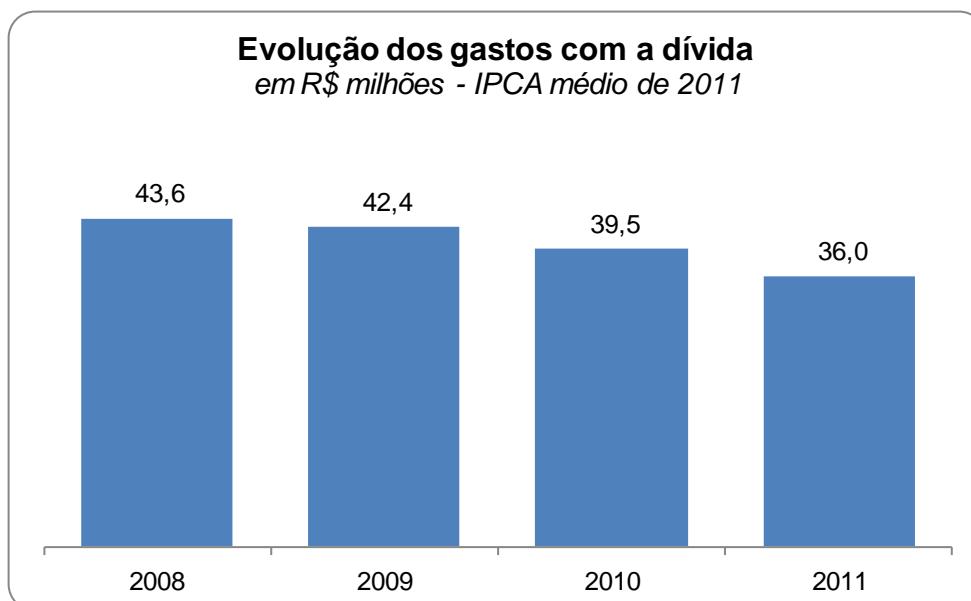
### Despesa com custeio por secretaria

Secretaria municipal	2010	2011	Varição 2011/2010	Composição 2011
	<i>em R\$ mil - IPCA médio de 2011</i>		<i>em %</i>	
Saúde	151.766,3	170.356,8	12,2	38,4
Serviços Públicos	84.020,8	89.098,6	6,0	20,1
Educação e Esportes	75.200,1	82.785,6	10,1	18,7
Outras	95.952,4	101.217,0	5,5	22,8
<b>Total</b>	<b>406.939,7</b>	<b>443.458,0</b>	<b>9,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: balanços municipais.

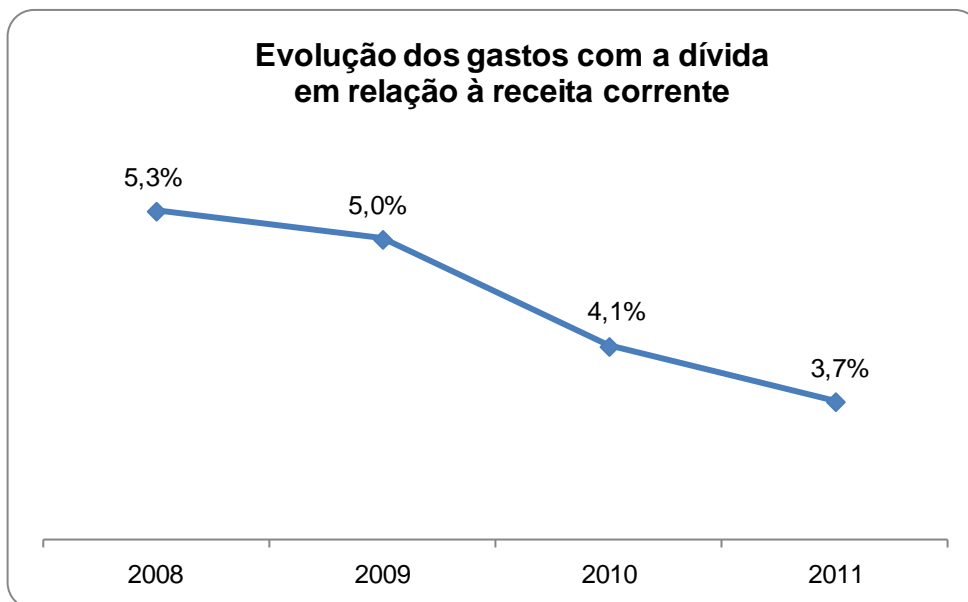
### 3.3 DÍVIDA

Desde 2008, quando atingiu o ápice, a despesa com juros e amortizações tem diminuído gradativamente. Em 2011, elas totalizaram R\$ 36 milhões, 8,9% menor em relação ao ano anterior. O comprometimento da receita corrente com esse tipo de gasto também vem caindo e alcançou 3,7%, em 2011. Dessa despesa, a maior parte, 72,2%, refere-se ao pagamento de juros e encargos que somaram R\$ 26 milhões. O restante, 27,8% ou R\$ 10 milhões, foram as amortizações do principal da dívida.





Os juros e amortizações referem-se a despesas realizadas pela municipalidade para o pagamento de dívidas de longo prazo, ou seja, aquelas que possuem prazos de vencimento superiores a 12 meses, também conhecidas por dívida consolidada ou dívida fundada.



A maior parte da dívida fundada de Jundiaí (62,2%) é composta por operações de crédito utilizadas para diversos investimentos na cidade. Os maiores credores são o Banco do Brasil, com R\$ 178,1 milhões, e a Caixa Econômica Federal, com R\$ 32,9 milhões. O Município também possui uma dívida com o IPREJUN, de R\$ 107,4 milhões, representando 31,4% do total. Com relação aos precatórios (requisitórios judiciais), do total de R\$ 10,7 milhões foram pagos R\$ 9,9 milhões, em 2011. Mas, como foram incorporados mais R\$ 20,9 milhões entre precatórios novos e correção monetária, o saldo devedor ao final de 2011 era de R\$ 21,7 milhões.

Entre 2010 e 2011, a dívida fundada do Município teve um aumento nominal de 6,1%, devido, principalmente, à inclusão de R\$ 25,3 milhões a título de juros e correção monetária do contrato de refinanciamento da dívida municipal com o Banco do Brasil, e o ingresso dos novos precatórios no valor de R\$ 20,5 milhões.



**Perfil da dívida fundada 2010/2011**

Itens da dívida fundada	31/12/2010	31/12/2011	Varição 2011/2010	Composição 2011
	<i>em R\$ mil - correntes</i>		<i>em %</i>	
<b>Operações de crédito</b>	<b>207.795,4</b>	<b>212.786,3</b>	<b>2,4</b>	<b>72,2</b>
• Banco do Brasil	172.402,8	178.057,1	3,3	52,1
• Caixa Econômica Federal	31.950,4	32.863,2	2,9	9,6
Pró-Moradia	689,6	587,1	-14,9	0,2
Saneamento para Todos	31.258,9	32.276,2	3,3	9,4
Pró-Mob	1,8	-	-100,0	-
• BNDES	3.442,1	1.865,9	-45,8	0,5
PMAT	2.141,5	1.682,6	-21,4	0,5
FINAME	1.300,6	183,3	-85,9	0,1
<b>Outras dívidas</b>	<b>114.617,8</b>	<b>129.144,9</b>	<b>12,7</b>	<b>27,8</b>
• IPREJUN dívida	33.056,7	73.241,8	121,6	21,4
• IPREJUN empréstimo	70.843,7	34.175,7	-51,8	10,0
• Requisitórios judiciais	10.717,4	21.727,4	102,7	6,4
<b>Total geral</b>	<b>322.413,2</b>	<b>341.931,2</b>	<b>6,1</b>	<b>100,0</b>

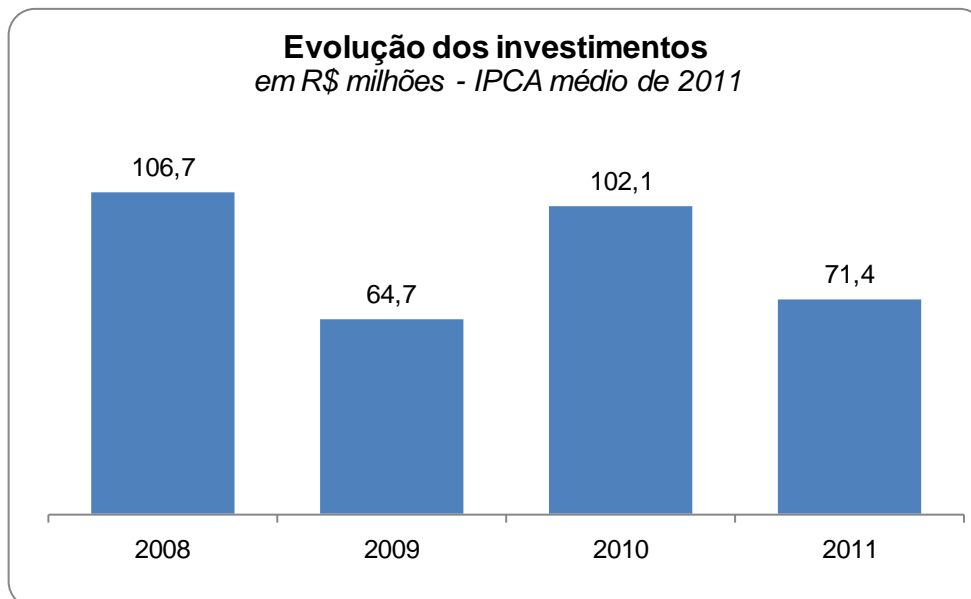
Fonte: Secretaria Municipal de Finanças.

**Limite de Endividamento na LRF**

A Resolução do Senado Federal nº 40/2001, em conjunto com a LRF, limitam a dívida consolidada líquida municipal ao máximo de 120% da receita corrente líquida. A dívida consolidada líquida equivale à dívida pública consolidada, somados os restos a pagar e deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Em Jundiá, o montante da dívida consolidada líquida equivaleu a 11,5% da receita corrente líquida (RCL), segundo dados obtidos no SISTN. Isso significa que o município ainda possui uma grande margem para captação de novos recursos que podem ser utilizados em investimentos, caso haja necessidade.

**3.4 INVESTIMENTOS**

São classificados como investimentos os gastos com obras, instalações, aquisição e desapropriações de imóveis, equipamentos e materiais permanentes, entre outros itens menos relevantes. Em 2011, o volume de investimento em Jundiá somou R\$ 71,4 milhões, valor muito próximo da média aplicada na última década.



Os investimentos tendem a variar ao longo do tempo, pois estão sujeitos à influência de diversos fatores. Geralmente, em anos de crise econômica ou de baixa arrecadação seu volume é sensivelmente diminuído, uma vez que outros gastos como pessoal e custeio são mais rígidos a cortes.

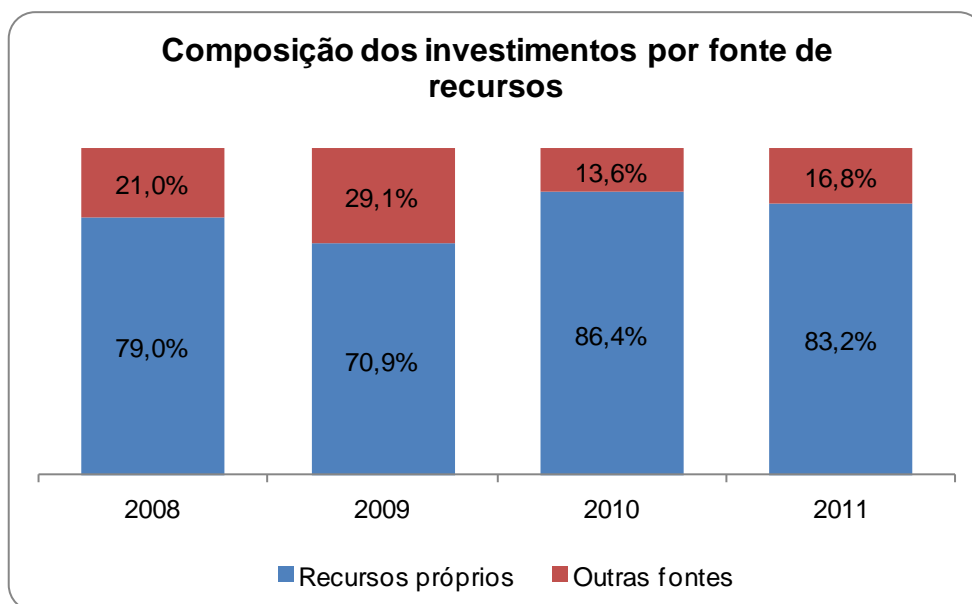
Existem também situações específicas de cada cidade que afetam o desempenho de seus investimentos. No caso de Jundiaí, em 2010, foram destinados R\$ 18,7 milhões para o aumento de capital da DAE S/A e outros R\$ 14,7 milhões para pagamento de precatórios, vários deles relativos a desapropriações, valores esses que fazem parte do total dos investimentos. Essas despesas elevaram os investimentos de 2010 para R\$ 102,1 milhões.

Em 2011, essas situações pontuais não se repetiram e os investimentos retornaram ao nível médio aplicado nos anos anteriores. Quando se compara exclusivamente os valores aplicados em obras, instalações, equipamentos, material permanente e aquisição de imóveis, o volume investido em 2011 superou em 7% o de 2010, passando de R\$ 60,7 milhões para R\$ 65 milhões.

Do total investido, ou seja, dos R\$ 71,4 milhões, 83,2% dos recursos provieram dos cofres municipais. Os demais 16,8% tiveram origem em operações de crédito (R\$ 2,3 milhões), alienações de bens móveis e imóveis (R\$ 2,6 milhões), recursos de



convênios recebidos da União (R\$ 142,6 mil) e do Estado (R\$ 811 mil), receita oriunda do Banco Bradesco (R\$ 3,2 milhões) pela alienação dos serviços relativos a pagamento dos salários dos servidores, além de R\$ 2,9 milhões transferidos pelo Ministério das Cidades para a urbanização do Parque Centenário e para a construção de habitações populares na Vila Ana.



#### Investimento por fonte de recursos

Origem do recurso	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011
	<i>em R\$ mil - IPCA médio de 2011</i>		<i>em %</i>	
Recursos próprios	88.207,3	59.417,6	-32,6	83,2
Operações de crédito	10.012,6	2.324,6	-76,8	3,3
Transferências de capital	3.068,0	953,6	-68,9	1,3
Transf. capital da União	2.055,9	142,6	-93,1	0,2
Transf. capital do Estado	1.012,1	811,0	-19,9	1,1
Outras receitas de capital	777,8	8.700,0	1.018,5	12,2
<b>Total</b>	<b>102.065,7</b>	<b>71.395,8</b>	<b>-30,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: balanços municipais.





### Composição dos investimentos

Item	2010	2011	Varição 2011/2010	Composição 2011
	<i>em R\$ mil - IPCA médio de 2011</i>		<i>em %</i>	
Obras e instalações	46.072,3	54.457,8	18,2	76,3
Equipamentos e material permanente	14.239,9	7.289,6	-48,8	10,2
Aquisição de imóveis	371,3	3.207,1	763,7	4,5
<b>Subtotal</b>	<b>60.683,5</b>	<b>64.954,5</b>	<b>7,0</b>	<b>91,0</b>
Sentenças judiciais	14.738,3	3.262,1	-77,9	4,6
Material de consumo	5.272,3	1.979,4	-62,5	2,8
Indenizações e restituições	454,7	277,9	-38,9	0,4
Outros	20.917,0	921,8	-95,6	1,3
<b>Total</b>	<b>102.065,7</b>	<b>71.395,8</b>	<b>-30,0</b>	<b>191,0</b>

Fonte: balanços municipais.



**Investimentos - 2011**

Órgão	Descrição	Valor
		em R\$ mil
Secretaria de Obras	Pavimentação e retificação de vias urbanas.	15.877,3
	Construção e reformas de pontes e viadutos.	10.909,2
	Construção de galerias de águas pluviais.	2.230,9
	Dragagem, retificação e canalização de rios e córregos.	1.565,1
	Pavimentação e retificação de estradas vicinais.	926,3
	Estabilização de encostas e taludes.	689,1
	Programa de mobilidade urbana.	191,4
	<b>Total da secretaria</b>	<b>32.389,3</b>
Secretaria de Educação e Esportes	Construção, ampliação e reforma de prédios escolares (fundamental).	11.857,4
	Ampliação, construção e reformas de Centro Educacionais Esportivos.	3.670,1
	Construção e ampliação de unidades escolares (pré-escola).	1.427,1
	Construção, ampliação e reforma de creches.	619,0
	<b>Total da secretaria</b>	<b>17.573,5</b>
Secretaria de Serviços Públicos	Revitalização e implantação de praças, parques e áreas ajardinadas.	2.828,7
	Ampliação e manutenção de pavimentação em vias públicas.	882,2
	Ampliação de galerias de águas pluviais - vias urbanas e estradas	816,7
	Expansão e manutenção da rede e pontos de iluminação pública.	770,0
	Jardim Botânico e viveiro de mudas (obras e equipamentos)	120,4
	Manutenção de praças, parques e áreas ajardinadas.	107,1
	Pavimentação em estradas vicinais - ampliação.	100,0
	<b>Total da secretaria</b>	<b>5.625,1</b>
Secretaria de Saúde	Construção e ampliação de Unidades Básicas de Saúde.	2.520,7
	Prestação de assistência médica - PA/SAMU/SAEC	615,4
	Construção e ampliação de Unidade de Pronto Atendimento (UPA).	70,2
	<b>Total da secretaria</b>	<b>3.206,2</b>
Secretaria da Casa Civil	Construção do Centro Integrado de Cidadania (convênio SJDC), desapropriações de imóveis (convênio Segurança Pública) e ações da Defesa Civil, Bombeiros, FUNSS e entes conveniados.	<b>1.121,0</b>
Guarda Municipal	Serviços e ações de apoio a segurança pública.	<b>1.083,0</b>
Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente	Ações de educação ambiental, preservação da reserva biológica, entre outras ações.	<b>680,9</b>
Secretaria de Transportes	Fundo Municipal de Trânsito.	245,9
	Manutenção dos terminais urbanos e rodoviários.	138,7
	<b>Total da secretaria</b>	<b>384,7</b>
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social	Ações de assistência ao idoso, ações voltadas à população de rua, ações pelo direito à cidadania, implantação do Centro de Referência de Assistência Social, implantação do Centro da Juventude, entre outras ações.	<b>585,0</b>
Secretaria de Cultura	Ações da Casa da Cultura, ações do Centro das Artes, ações do cine-teatro Polytheama, ações do Museu Histórico e Cultural, entre outras ações.	<b>284,8</b>
Secretaria de Finanças	Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT II).	<b>244,8</b>
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Central de Atendimento ao Empreendedor Individual, gestão das ações de promoção industrial, entre outras ações.	<b>152,9</b>
Pagamentos requisitórios		<b>3.237,5</b>
Investimentos das demais secretarias e outras ações		<b>4.827,3</b>
<b>Total dos investimentos</b>		<b>71.395,8</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças.



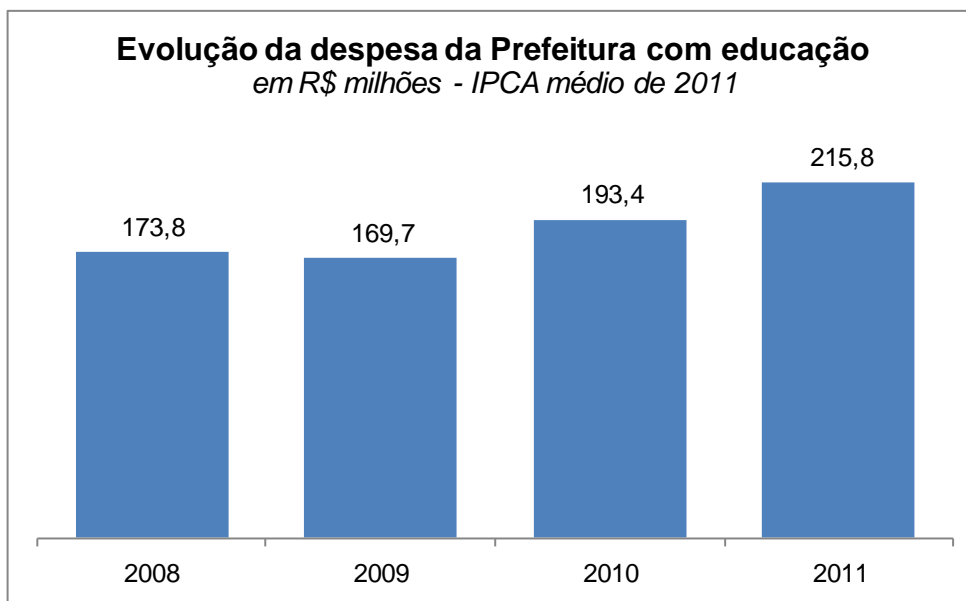
## 4 DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

As despesas públicas também podem ser analisadas pelas funções de governo, ou seja, segundo as áreas de aplicação dos recursos. Cada função subdivide-se em subfunções e essas em programas. Em Jundiaí, a despesa municipal está classificada em 19 funções. A seguir são apresentadas nove das funções mais importantes.

### 4.1 EDUCAÇÃO

Em Jundiaí, os gastos com educação são realizados, em sua maioria, pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes e, em menor parte, por alguns órgãos da administração indireta, como a Faculdade de Medicina de Jundiaí (FMJ), a Escola Superior de Educação Física (ESEF) e a Fundação Televisão Educativa de Jundiaí (TVE). É a função que absorve a segunda maior parcela da despesa consolidada do Município, 22,4% do total, ficando atrás apenas dos gastos efetuados na saúde.

A despesa consolidada com educação, isto é, incluindo as administrações direta e indireta, totalizou R\$ 239,6 milhões, com um incremento de R\$ 24 milhões em relação a 2010. Desse total, R\$ 215,8 milhões foram recursos aplicados diretamente pela Prefeitura, valor 11,6 % acima do aplicado no ano anterior, de R\$ 193,4 milhões.



A maior parte da despesa com educação realizada pela Prefeitura, ou seja, não consolidada com os órgãos da administração indireta, foi destinada à manutenção do Ensino Fundamental, totalizando R\$ 131,6 milhões. A Educação Infantil, que contempla creches e pré-escolas, consumiu R\$ 78,9 milhões. Outras subfunções totalizaram R\$ 5,3 milhões.

Ao todo, a rede municipal de ensino básico de Jundiá atende a 36.071 alunos, em quatro modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA), distribuídos em 120 unidades escolares. Todo o ensino público até o 5º ano do Ensino Fundamental é custeado, exclusivamente, pela Prefeitura. A rede estadual atende a maior parte do Ensino Fundamental a partir do 6º ano e a totalidade do Ensino Médio e da Educação Profissional.

**Despesa da Prefeitura com educação, por modalidade de ensino**

Modalidade	2010	2011	Varição	Composição
	<i>em R\$ mil - IPCA médio de 2011</i>		2011/2010	2011
			<i>em %</i>	
Ensino Fundamental	121.341,13	131.553,80	8,4	61,0
Ensino Infantil	67.071,40	78.949,53	17,7	36,6
Demais	4.955,90	5.311,81	7,2	2,5
<b>Total</b>	<b>193.368,43</b>	<b>215.815,14</b>	<b>11,6</b>	<b>100,0</b>

Fonte: balanços municipais.



### Número de alunos por modalidade de ensino da rede municipal

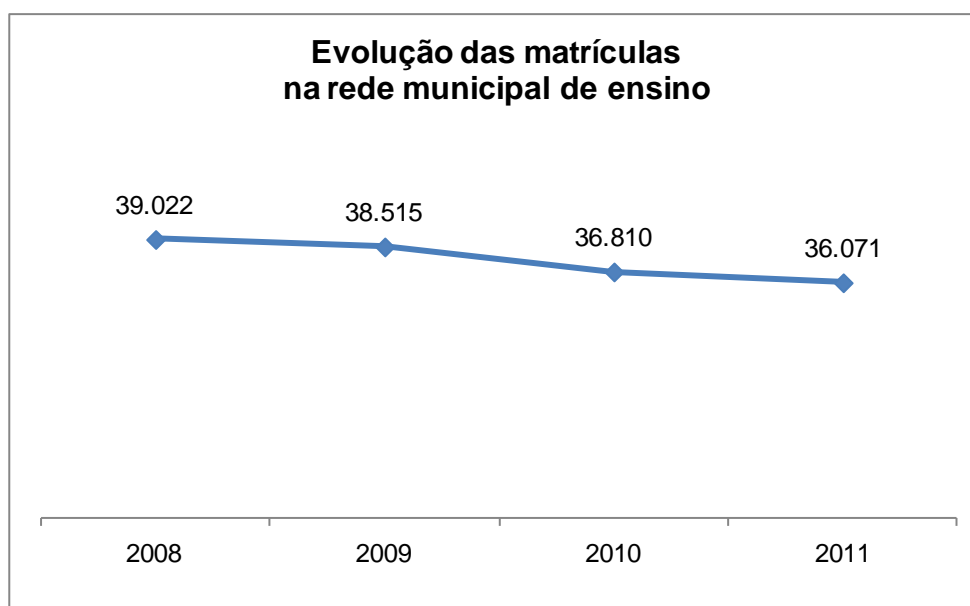
Modalidade de ensino	2010	2011	Varição	Composição
			2011/2010	2011
<i>em %</i>				
Creche	3.669	3.416	-6,9	9,5
Pré-escola	6.917	7.043	1,8	19,5
Ensino Fundamental	19.046	18.439	-3,2	51,1
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	6.885	6.800	-1,2	18,9
Educação Especial	293	373	27,3	1,0
<b>Total</b>	<b>36.810</b>	<b>36.071</b>	<b>-2,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

### Quantitativo de unidades escolares da rede municipal

Tipo de unidade escolar	2010	2011
Creche	29	30
Ensino Fundamental	28	29
Pré-escola / Ensino Fundamental	52	26
Creche / Pré-escola	0	20
Núcleos de Educação de Jovens e Adultos	7	13
Creche / Pré-escola / Ensino Fundamental	0	1
Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos	1	1
<b>Total</b>	<b>117</b>	<b>120</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Esportes.



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A maior parte dos gastos da Prefeitura com educação é destinada ao pagamento de pessoal, pois é uma área com intensiva utilização de mão de obra. Em 2011, a despesa com pessoal aumentou 17%, passando de R\$ 105,3 milhões para R\$ 123,2 milhões, o que representou 57,1% da despesa total com a função. Os gastos com custeio tiveram um crescimento tímido, de 1,9%, totalizando R\$ 77,1 milhões, enquanto que os investimentos subiram 24,6%, chegando a R\$ 15,5 milhões.

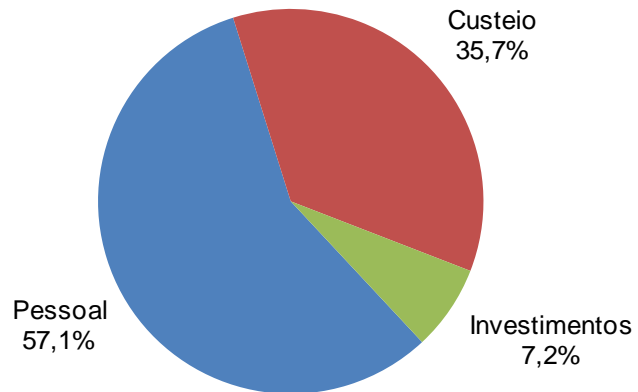


**Principais despesas da Prefeitura com a função educação**

Itens	2010	2011	Varição 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011		em %	
Pessoal	105.322,7	123.241,4	17,0	57,1
Custeio	75.625,2	77.098,4	1,9	35,7
Investimentos	12.420,5	15.475,3	24,6	7,2
<b>Total</b>	<b>193.368,4</b>	<b>215.815,1</b>	<b>11,6</b>	<b>100,0</b>

Fonte: balanços municipais.

**Despesa da Prefeitura com educação por item - 2011**





**Principais investimentos da Prefeitura em educação – 2011**

<b>Contrato</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor em R\$</b>
189/2010	Construção da EMEB Prof. Luiz Biela de Souza – Santa Gertrudes	3.055.432,59
157/2010	Reforma do Espaço João Guimarães Rosa – Complexo Argos	1.274.858,09
109/2011	Construção da EMEB Prof. <sup>a</sup> Janet Ferreira Prado – Vila Nambi	1.233.579,17
34/2010	Ampliação da EMEB Fábio Rodrigues Mendes – Engordadouro	1.146.382,45
188/2010	Cobertura da quadra poliesportiva da EMEB Pedro de Oliveira – Ponte São João	667.354,15
166/2010	Ampliação da EMEB Pedro de Oliveira – Ponte São João	470.433,30
200/2010	Cobertura da quadra poliesportiva da EMEB Melânia Fortarel Barbosa – Bairro do Poste	464.883,52
148/2010	Cobertura da quadra poliesportiva da EMEB Aparecido Garcia – Jardim Martins	367.452,34
178/2010	Cobertura da EMEB Alverinda Barbosa Martins – Jardim Bonfigliori	325.039,19
170/2010	Ampliação da EMEB Geralda Bethola Facca – Jardim do Lago	324.315,35
201/2011	Reconstrução do muro da EMEB Deodato Janski – Jardim Tatumã	227.891,31
216/2011	Ampliação da EMEB Ângela Rinaldi Bagne – Rio Acima (em andamento)	193.650,13
248/2010	Reforma da quadra poliesportiva da EMEB Amélia I. Lopes – Vila Esperança	101.227,96
175/2011	Ampliação da EMEB Clotilde Copelli de Miranda – Jardim do Lago	70.880,16
176/2011	Ampliação da EMEB Wilma Nalim Fávaro – Santa Gertrudes (em andamento)	61.931,94
198/2011	Cobertura da quadra poliesportiva da EMEB Judith de A. C. Arruda – Cidade Nova I (em andamento)	47.705,85
62/2009	Construção da EMEB Prof. Anezio de Oliveira – Vila Marlene	24.404,16

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

**A aplicação mínima de recursos na educação**

Os municípios devem atuar prioritariamente na educação infantil e fundamental, de acordo com o artigo 212 da Constituição Federal. Para custear essas despesas, o mesmo artigo estabelece que deve haver uma aplicação anual mínima de 25% de toda a receita bruta municipal proveniente das arrecadações de impostos (IPTU, ITBI, ISS e IRRF) e transferências constitucionais (FPM, ICMS, Lei Kandir, IPI-Exportação, ITR, IPVA e IOF-Ouro) em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). Em 2011, Jundiá aplicou 26,52% das receitas vinculadas às ações de MDE, superando, assim, a exigência constitucional mínima.

O município ou o responsável que não cumprir a aplicação mínima de recursos em ações de MDE estará sujeito a diversas punições, cujas principais são: parecer desfavorável à prestação de contas pelo Tribunal de Contas do Estado, que, se mantido pela Câmara Municipal, poderá sujeitar o prefeito à inelegibilidade por cinco anos, entre outras.

**Fundeb**

Além da aplicação mínima de 25% das receitas de impostos e transferências constitucionais citada acima, a educação municipal também é financiada com os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O Fundeb, criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei Federal nº 11.494/2007 e pelo Decreto Federal nº 6.253/2007, é um fundo de natureza contábil cujos recursos provêm das três esferas de governo. Os municípios contribuem com 20% das transferências



recebidas de ICMS, IPVA, ITR, FPM e Lei Kandir; os governos estaduais com 20% de suas arrecadações de ICMS, IPVA, Imposto sobre a Transmissão de bens *Causa Mortis* (ITCD) e repasses obtidos do IPI-exportação, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Lei Kandir; e a União com uma complementação de recursos, nos casos em que o repasse por aluno não alcança o valor mínimo anual definido nacionalmente.

O objetivo principal do Fundeb é promover a universalização, manutenção e melhoria da qualidade do ensino, focando, principalmente, na reestruturação dos salários e qualificação do magistério de toda a educação básica pública, desde a creche até o ensino médio. O fundo é constituído em âmbito estadual e é distribuído entre o Estado e seus respectivos municípios de acordo com o número de matrículas no ensino básico de cada ente, levando-se em conta o piso nacional de aplicação de investimento por aluno, fixado em lei a cada ano. Dessa forma, o Fundeb tenta minimizar as desigualdades de renda existentes entre as várias regiões do país, uma vez que garante a cada ente governamental um repasse mínimo dos recursos, independentemente do nível de contribuição do mesmo junto ao fundo.

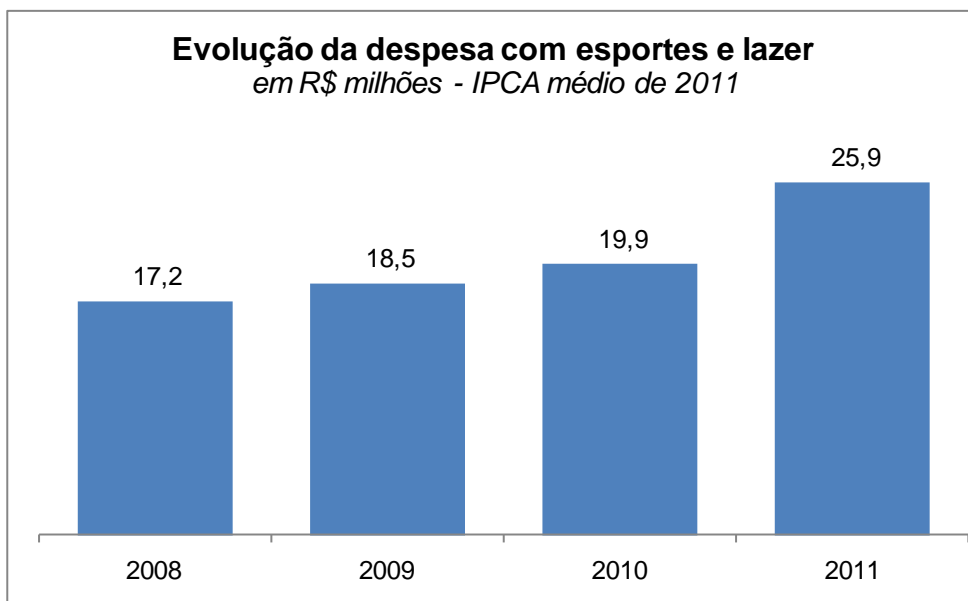
Pela legislação vigente, no mínimo, 60% dos recursos recebidos do Fundeb devem ser destinados à remuneração dos profissionais do magistério dos ensinos infantil e fundamental e, no máximo, 40% na manutenção e desenvolvimento do ensino básico. Em 2011, todo o recurso recebido do Fundeb por Jundiáí foi aplicado na remuneração do magistério municipal.

## 4.2 ESPORTE E LAZER

As despesas com esporte e lazer em Jundiáí são realizadas pela Secretaria Adjunta de Esportes, órgão ligado à Secretaria Municipal de Educação e Esportes, com uma pequena participação da Fundação Casa da Cultura.

Em 2011, os gastos com esporte e lazer cresceram 29,9% e atingiram R\$ 25,9 milhões. O investimento foi o item que mais contribuiu para essa elevação, passando de R\$ 227,3 mil para R\$ 3,8 milhões, entre 2010 e 2011. Destaca-se a reforma da praça de esportes do Ginásio Dr. Nicolino de Lucca, no valor de R\$ 2,7 milhões. O custeio também apresentou um crescimento elevado, de 23,6%, totalizando R\$ 6,8 milhões. A despesa com pessoal, que absorve 59% dos gastos com essa função, teve um incremento de R\$ 1,1 milhão, somando R\$ 15,3 milhões.





**Despesa com a função esporte e lazer por item**

Itens	2010	2011	Varição	Composição
	<i>em R\$ mil - IPCA médio de 2011</i>		2011/2010	2011
			<i>em %</i>	
Pessoal	14.167,9	15.262,3	7,7	59,0
Custeio	5.500,7	6.816,4	23,9	26,4
Investimentos	227,3	3.786,8	1.566,0	14,6
<b>Total</b>	<b>19.895,9</b>	<b>25.865,6</b>	<b>30,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: balanços municipais.

Observando-se a despesa distribuída segundo o tipo de atividade esportiva, a maior parte da despesa com esporte e lazer é destinada a programas de desporto comunitário, como a inclusão esportiva dos portadores de deficiência, a ginástica corporal com os idosos, as atividades de incentivo motor, a ginástica artística e circense e as artes marciais, entre outros. Em 2011, essas atividades consumiram R\$ 24,2 milhões e foram realizadas nos 18 Complexos Educacionais, Culturais e Esportivos (CECE) e nas 22 Unidades de Apoio (UA) espalhados pelos bairros da cidade.

A Prefeitura também incentiva a prática de esportes competitivos, apoiando atletas e entidades esportivas na participação de torneios e campeonatos, como os Jogos Abertos e Regionais da Juventude e os Jogos Estaduais e Regionais dos Idosos. Foram destinados R\$ 1,4 milhão à realização dessas atividades em 2011.



### Despesa com a função esporte e lazer por programa

Programa	2010	2011	Var. relativa	Composição
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011		2011/2010	2011
			em %	
Desporto de rendimento	1.578,9	1.362,5	-13,7	5,3
Desporto comunitário	18.197,9	24.186,0	32,9	93,4
Lazer	147,3	336,7	128,5	1,3
<b>Total</b>	<b>19.924,1</b>	<b>25.885,2</b>	<b>29,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: balanços municipais.

### Distribuição de recursos por modalidade esportiva – 2011

<b>Esporte educacional</b>	Promover o acesso aos equipamentos esportivos de lazer e incentivar atividades motoras, beneficiando a população com educação completa.		
Programa Segundo Tempo: iniciação esportiva em ginástica circense, karatê, tae-kwon-do, tênis, ginástica artística e boxe.	R\$ 1.371.000,00	8.000 crianças e adolescentes atendidos	
<b>Esporte de Rendimento</b>	Incentivar a prática de esportes competitivos e apoiar atletas e entidades esportivas na participação de torneios e campeonatos.		
Jogos abertos, regionais da juventude, jogos regionais e estaduais dos idosos.	R\$ 522.608,00	1.180 atletas atendidos	
<b>Esporte de Participação e 3ª idade</b>	Contribuir para a integração social principalmente das pessoas portadoras de necessidades especiais e 3ª idade, na promoção da saúde e educação do indivíduo.		
Ginástica corporal, ligas amadoras, 3º idade, dia do desafio, campeonato amador, circuito das frutas, olimpíadas e olimpíadas da uva.	R\$ 637.246,00	16.852 adultos atendidos	

Fonte: Secretaria Adjunta de Esportes

### Principais investimentos realizados em esporte e lazer – 2011

Contrato	Descrição	Valor (em R\$)
61/2011	Reforma da praça de esportes do Ginásio de Esportes Dr. Nicolino de Lucca - Anhangabaú	2.729.208,52
224/2011	Construção do Complexo Educacional – Ivoturucaia (em andamento)	2.483.222,90
191/2010	Construção da cobertura da quadra poliesportiva na EMEB Hermenegildo Martinelli - Jardim Vera Cruz	738.923,27
192/2010	Construção da cobertura da quadra poliesportiva na EMEB Glória da Silva Rocha Genovese - Vila Cristo Redentor	630.211,26
199/2010	Construção da cobertura da quadra poliesportiva na EMEB Lázaro Miranda Duarte - Vila Nova Jundiáópolis	626.515,89
214/2010	Construção da cobertura da quadra poliesportiva na EMEB Cléo Nogueira Barbosa - Pq Almerinda Chaves	617.790,31
225/2010	Construção da cobertura da quadra poliesportiva na EMEB Duílio Mazieiro - Bairro da Toca	574.398,89
167/2010	Construção da cobertura da quadra poliesportiva na EMEB Ivo de Bona - Pq Almerinda Chaves	572.908,86
252/2010	Construção da cobertura da quadra poliesportiva na EMEB Pedro Clarismundo Fornari - Rio Acima	558.127,31

Fonte: Secretaria Adjunta de Esportes.

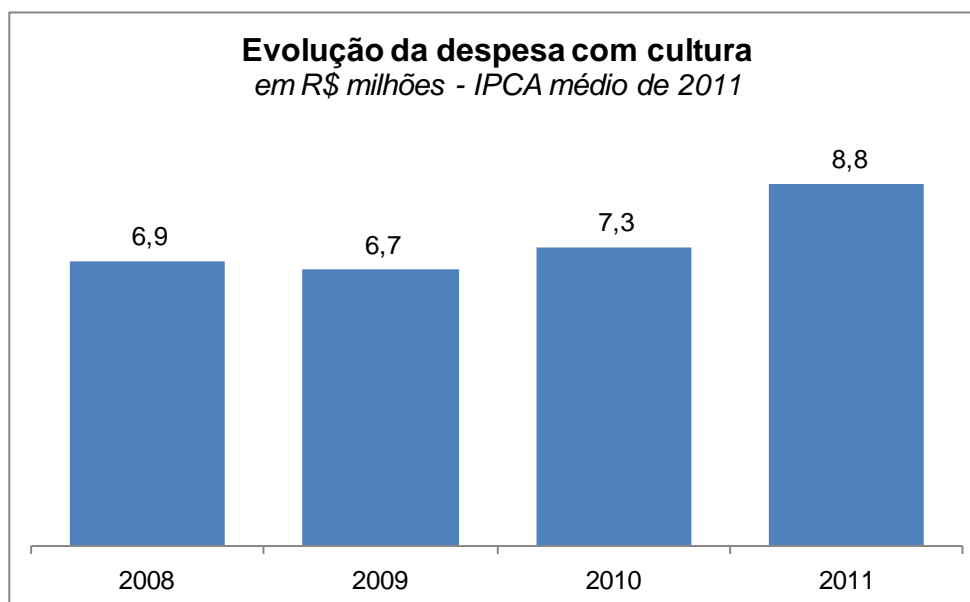
## 4.3 CULTURA

A despesa com a função cultura em Jundiá é de responsabilidade de dois órgãos: Secretaria Municipal de Cultura e Fundação Casa da Cultura. Em 2011, essa despesa aumentou 21,1%, passando de R\$ 7,3 milhões para R\$ 8,8 milhões. Desse total, R\$ 3,5 milhões foram gastos com pessoal, R\$ 5 milhões com despesas de custeio e R\$ 297,6 mil com investimentos.



A estrutura pública municipal existente em Jundiaí para a realização de eventos culturais e exposições é composta pelo Centro das Artes - Sala Glória Rocha, o Teatro Polytheama, o Museu Histórico e Cultural, o Centro Jundiaiense de Cultura Josefina Rodrigues da Silva (Jorosil) e a Pinacoteca Diógenes Duarte Paes.

Além das atividades culturais promovidas nesses locais, a Prefeitura se encarrega também da preservação do patrimônio histórico e realiza diversos eventos em centros comunitários, igrejas, escolas, parques, jardins e terminais de ônibus. Destacam-se as oficinas culturais de teatro e dança, concertos musicais, mostras de cinemas e desfile das escolas de samba.



**Principais despesas com a função cultura**

Itens	2010	2011	Varição	Composição
	<i>em R\$ mil - IPCA médio de 2011</i>		<b>2011/2010</b>	<b>2011</b>
			<i>em %</i>	
Pessoal	3.372,3	3.502,9	3,9	39,8
Custeio	3.768,6	4.990,5	32,4	56,8
Investimentos	118,4	297,6	151,4	3,4
<b>Total</b>	<b>7.259,3</b>	<b>8.791,0</b>	<b>21,1</b>	<b>100,0</b>

Fonte: balanços municipais.



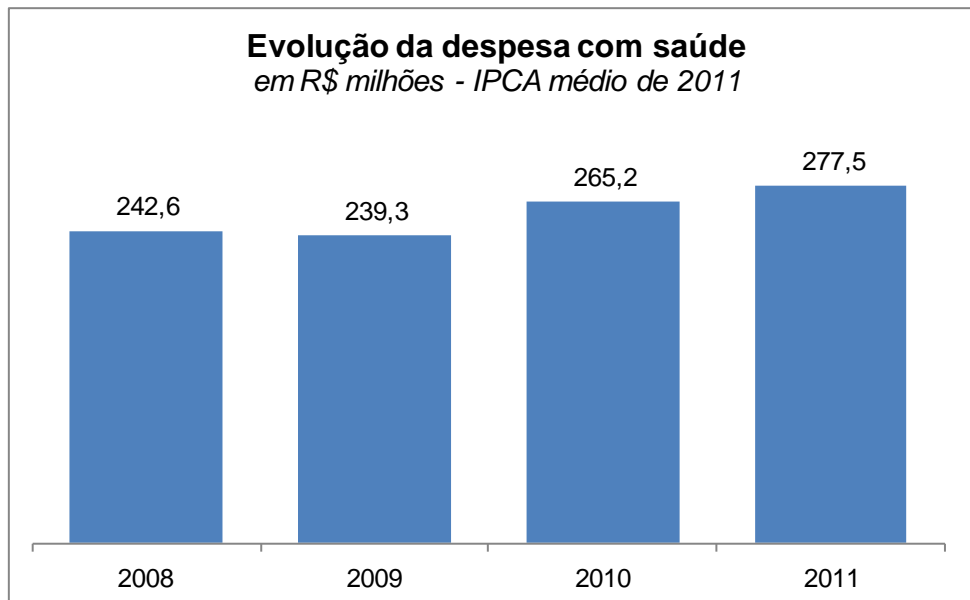
### Ações realizadas pela Secretaria Municipal de Cultura - 2011

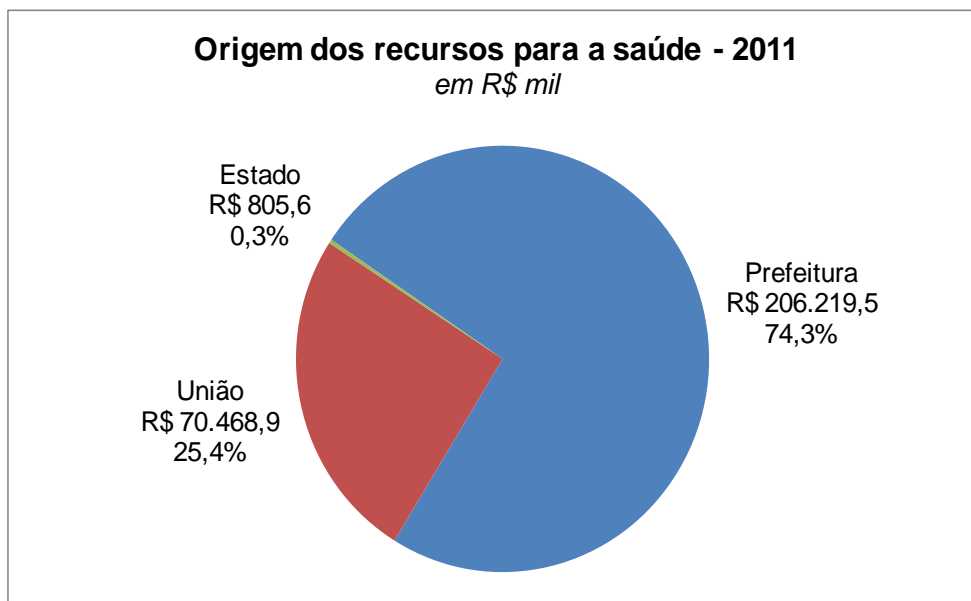
<b>Programa de Incentivo à Cultura</b>	Desenvolver atividade que levam à formação de público e ao reconhecimento da diversidade cultural.	
Viagem Fantástica, Matinê, Grandes Concertos, Grandes Espetáculos, Vitrine da Dança, Produções Artísticas, Centro de Estudo de Teatro, Corpo Estável de Dança, Corpo Estável de Teatro, Orquestra Municipal, Exposições, Dança na Glória Rocha, Projeto Cine Clube, Matinê, Carnaval.		241.530 atendidos
<b>Programa de Preservação da História</b>	Proteger e promover o patrimônio histórico e cultural, dinamizar a atuação dos museus.	
Exposições, Cine Zoom (documentários), Concertos de Inverno, Palestras, Pinacoteca.		46.752 atendidos

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura.

## 4.4 SAÚDE

Em Jundiaí, a despesa com saúde absorve a maior fatia do orçamento municipal. Em 2011, representou 26% da despesa total. O Município gastou R\$ 277,5 milhões, valor 4,6% maior em relação a 2010. Desse total, R\$ 206,1 milhões foram custeados por recursos próprios da Prefeitura e R\$ 71,4 milhões tiveram origem nas transferências governamentais para o SUS, sendo R\$ 70,6 milhões proveniente da União e R\$ 805,6 mil do Estado.





A maior parte do orçamento com a função saúde é destinado ao custeio, que absorveu R\$ 204,5 milhões, em 2011, 10,7% a mais que no ano anterior. Desse total, R\$ 114,9 milhões foram destinados ao Hospital de Caridade São Vicente de Paulo, R\$ 29,9 milhões à Faculdade de Medicina de Jundiaí, que administra o Hospital Universitário, e outros R\$ 59,7 milhões para os demais custeios, que incluem a manutenção e o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS). A grande participação da despesa com custeio na saúde deve-se ao custo elevado dos medicamentos, materiais de consumo, materiais ambulatoriais, exames e manutenção dos equipamentos, indispensáveis ao funcionamento do setor.

O gasto com pessoal permaneceu relativamente estável, com uma variação de -0,3% em relação a 2010, totalizando R\$ 68,7 milhões. O investimento foi reduzido em relação a 2010, passando de R\$ 11,5 milhões para R\$ 4,3 milhões. Parte dessa redução deveu-se à conclusão das obras do Ambulatório Médico de Especialidades (AME) que totalizaram mais de R\$ 6 milhões.

Em relação à despesa por nível de atendimento, as assistências hospitalares absorveram R\$ 187,4 milhões em 2011, valor bem próximo ao do ano anterior, o que representou 67,5% de toda a despesa com saúde. Os recursos aplicados nos serviços de atenção básica à saúde, por sua vez, foram de R\$ 54,6 milhões. Atualmente o Município de Jundiaí conta com 2 hospitais municipais, 4 pronto-



atendimentos, 31 UBS, 19 ambulâncias, 5 equipes de saúde da família e outras 17 estruturas de atendimentos específicos.

#### Principais despesas com a função saúde

Itens	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011
	<i>em R\$ mil - IPCA médio de 2011</i>		<i>em %</i>	
Pessoal	68.953,4	68.726,0	-0,3	24,8
Custeio	184.702,6	204.514,6	10,7	73,7
Hospital de Caridade São Vicente de Paulo	103.375,9	114.886,6	11,1	41,4
Demais custeios	81.326,7	89.628,0	10,2	32,3
Investimentos	11.536,6	4.253,2	-63,1	1,5
<b>Total</b>	<b>265.192,7</b>	<b>277.493,9</b>	<b>4,6</b>	<b>100,0</b>

Fonte: balanços municipais.

#### Despesa com saúde por nível de atendimento

Item	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011
	<i>em R\$ mil - IPCA médio de 2011</i>		<i>em %</i>	
Assistência hospitalar	185.969,3	187.402,6	0,8	67,5
Atenção básica	56.396,3	54.606,6	-3,2	19,7
Vigilância epidemiológica	10.483,8	11.193,7	6,8	4,0
Administração geral	7.160,4	7.034,1	-1,8	2,5
Vigilância sanitária	5.182,9	3.890,3	-24,9	1,4
Suporte profilático e terapêutico	-	13.366,4	-	4,8
<b>Total</b>	<b>265.192,7</b>	<b>277.493,9</b>	<b>4,6</b>	<b>100,0</b>

Fonte: balanços municipais.

#### Principais investimentos em saúde – 2011

Contrato	Descrição	Valor em R\$
171/2010	Atenção Básica – Construção da UBS Agapeama	1.392.017,18
163/2009	Atenção Básica – Construção da UBS Vila Aparecida	775.435,40
242/2010	Atenção Básica – Adaptação das UBS Agapeama e Retiro	43.302,67

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde.



### Estrutura física de atendimento na saúde – 2011

Tipo de estrutura	2011
Unidades Básicas de Saúde	31
Serviço de Atendimento Especial a Crônicos (SAEC) - ambulâncias <sup>1</sup>	15
Unidades de Saúde da Família - equipes	5
Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU) - ambulâncias <sup>1</sup>	4
Pronto-atendimentos	4
Hospital Municipal <sup>2</sup>	2
Ambulatório de Especialidades do Núcleo Integrado de Saúde (NIS)	1
Ambulatório de Especialidades da Faculdade de Medicina de Jundiá	1
Ambulatório de Moléstias Infectocontagiosas	1
Ambulatório de Saúde da Mulher	1
Ambulatório de Saúde Mental	1
Centro de Atenção Psicossocial Adulto	1
Centro de Atenção Psicossocial Infantil	1
Núcleo de Apoio ao Portador de Deficiências	1
Centro Odontológico	1
Ambulatório de Geriatria e Gerontologia	1
Central Farmacêutica de Abastecimento	1
Centro de Referência em Saúde do Trabalhador	1
Seção de Controle de Zoonoses	1
Serviço de Verificação de Óbito - SVO	1
Serviço de Vigilância Epidemiológica	1
Serviço de Vigilância Sanitária	1
Serviço de Vigilância de Alimentos	1

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde.

Notas: <sup>1</sup> SAMU e SAEC - número de unidades de transporte (ambulâncias). Existem ainda mais duas ambulâncias reservas para o SAMU; <sup>2</sup> Hospital Municipal Materno e Infantil e Hospital Geral.

### Número de leitos

Unidade	2010	2011
Hospital São Vicente de Paulo	208	208
Hospital Universitário	123	123
Centro de Atenção Psicossocial	5	5

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde.

### Número de atendimentos no Hospital São Vicente de Paulo

Tipo de atendimento	2010	2011
Pronto-socorro Adulto	91.639	87.192
Pronto-atendimento	86.800	80.352
Pronto-socorro Ortopedia	56.844	60.894
Ambulatório *	45.094	57.798
Internações	14.287	15.231
Cirurgias	6.228	6.956

Fonte: Hospital São Vicente de Paulo. Nota: \* especialidades e ortopedia.



### Número de atendimentos no Hospital Universitário

Tipo de atendimento	2010	2011
Exames laboratoriais	95.710	125.935
Atendimento Pronto-socorro	86.958	98.972
Exames de Diagnóstico por Imagem	29.410	30.516
Internações	10.245	10.322
Procedimentos cirúrgicos	4.315	4.250
Partos	3.536	3.658

Fonte: Hospital Universitário da Faculdade de Medicina de Jundiá.

### Número de profissionais nos hospitais municipais

	2010	2011
Corpo clínico do Hospital Universitário	291	291
Total geral de médicos em exercício do Hospital São Vicente	224	262

### Número de atendimentos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e no Programa de Saúde da Família (PSF)

Tipo de atendimento	2010	2011
Clínico	139.280	149.501
Ginecologia e obstetrícia	89.789	96.970
Enfermeiro	85.493	88.301
Pediatria	83.006	86.911
Odontologia básica	65.006	69.814
Médico PSF <sup>1</sup>	20.766	11.536

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde. Nota: <sup>1</sup> atendimento por médico do PSF.

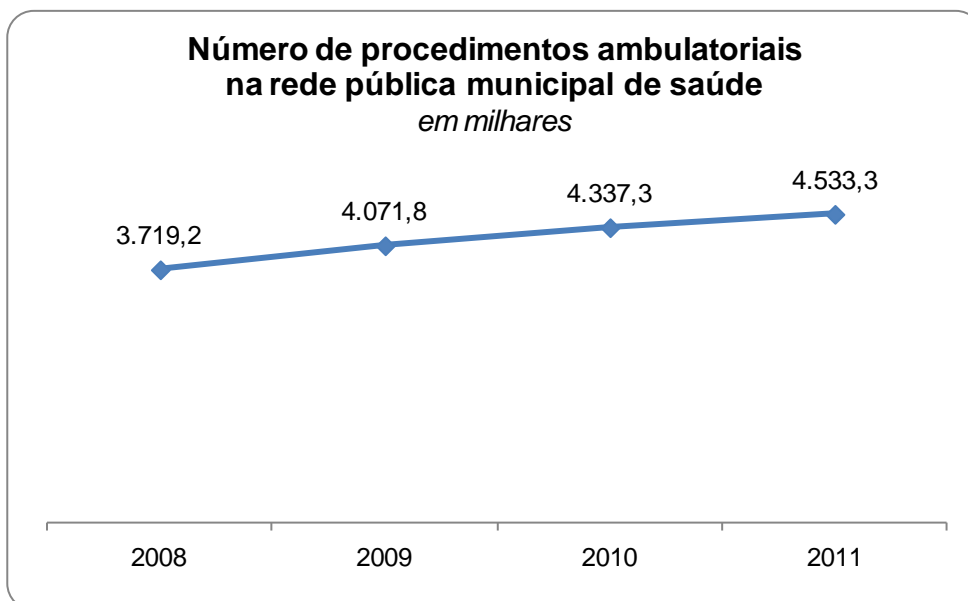
### Número de procedimentos por tipo de estrutura

Tipo de estrutura	2010	2011
Rede pública SUS <sup>1</sup>	4.337.253	4.533.332
UBS/PSF/Ambulatórios	1.389.671	951.344
Pronto-atendimento e Policlínicas	381.069	447.905

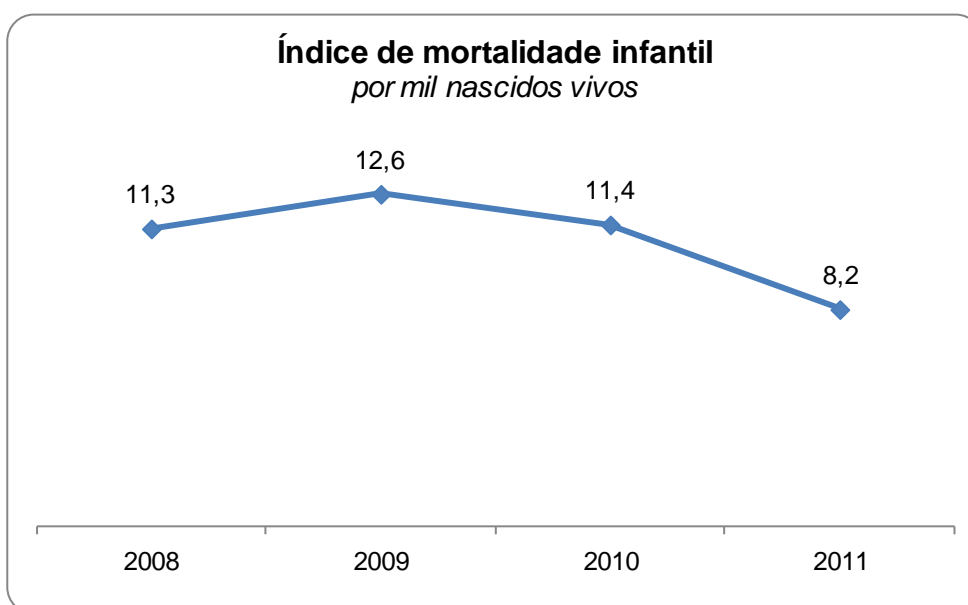
Fonte: Secretaria Municipal de Saúde.

Nota: <sup>1</sup>corresponde a todos os prestadores do SUS (próprios, outorgados e conveniados).





Fonte: Secretaria Municipal de Saúde.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde.

#### Aplicação mínima na saúde

A aplicação mínima de recursos na saúde das três esferas de governo é determinada pela Constituição Federal, no artigo 198 e no artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e pela Lei Federal Complementar nº 141/2012.

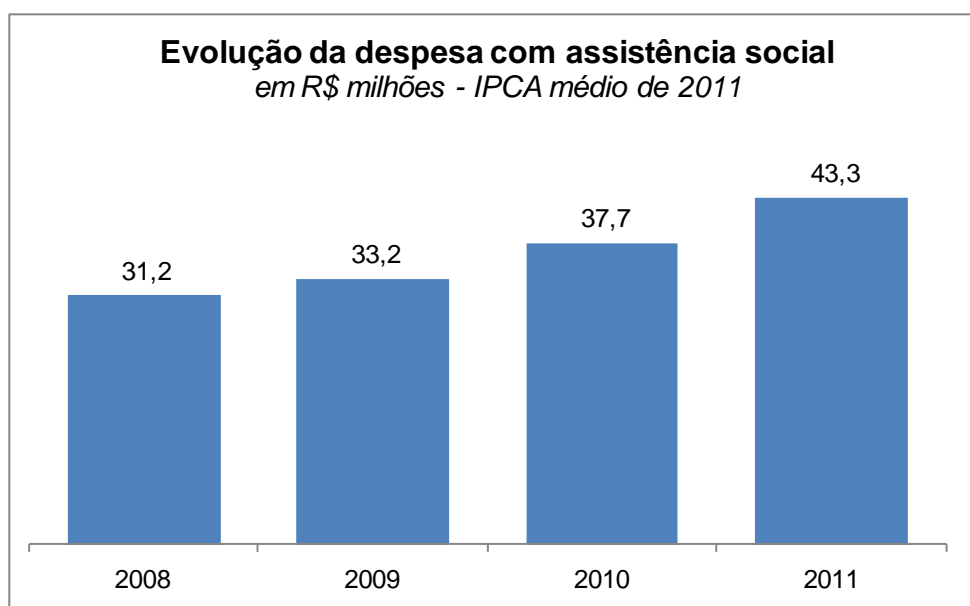
De acordo com a legislação em vigor, os municípios devem aplicar, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% das receitas do IPTU, ITBI, ISS, IRRF, ITR, IPVA, ICMS, FPM e IPI-exportação. Entretanto, a maioria dos municípios ultrapassa esse percentual, já que os recursos transferidos pela União e pelo Estado não acompanham o crescimento da despesa com saúde, o que força os municípios a arcarem com uma contrapartida cada vez maior. Em 2011, o Município de Jundiá aplicou 24,68% dos seus recursos na cobertura das ações e serviços determinados pela Constituição, superando o limite mínimo exigido de 15%.



#### 4.5 ASSISTÊNCIA SOCIAL

A prestação dos serviços de assistência social em Jundiáí é realizada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS) e pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes e, em menor parte, pela Fundação Municipal de Ação Social (FUMAS) e pelo Fundo Social de Solidariedade (FUNSS), órgão vinculado à Secretaria Municipal da Casa Civil.

Em 2011, a despesa com a função assistência social teve um aumento de 14,9%, totalizando R\$ 43,3 milhões. O custeio da assistência social foi sua maior despesa, alcançando mais da metade desse valor, ou seja, 55,7%. A parte destinada ao pagamento de pessoal equivaleu a quase todo o restante. Dentre as subfunções, foram destinados R\$ 22,5 milhões à assistência de crianças e adolescentes, o que equivaleu a 51,9% do total dos recursos aplicados na área. A assistência comunitária recebeu R\$ 19,4 milhões, ou 44,9% do total.





### Principais despesas com assistência social por item

Item	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de		em %	
Pessoal	17.013,9	18.547,9	9,0	42,8
Custeio	20.109,7	24.135,1	20,0	55,7
Investimentos	569,0	636,4	11,8	1,5
<b>Total</b>	<b>37.692,6</b>	<b>43.319,4</b>	<b>14,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: balanços municipais.

### Despesa com assistência social por subfunção

Subfunção	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de		em %	
Assistência à criança e ao adolescente	20.844,9	22.468,5	7,8	51,9
Assistência comunitária	15.694,3	19.429,6	23,8	44,9
Assistência ao idoso	746,3	1.045,2	40,1	2,4
Assistência ao portador de deficiência	406,8	376,1	-7,5	0,9
<b>Total</b>	<b>37.692,3</b>	<b>43.319,4</b>	<b>14,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: balanços municipais.

### Programas realizados pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social- 2011

Nome do programa	Objetivo do programa	Nº de atendidos	Gastos com o programa (em R\$)
CREJUV	Serviço público destinado a convivência social, participação cidadã e mundo do trabalho voltado para adolescentes e jovens na faixa etária de 12 a 24 anos com desenvolvimento de ações sócio-educativas.	9.420	503.475,60
CRIJU/CEPAI	Articular a rede de Proteção Social ao idoso. CEPAI, Condomínio do idoso, Projeto idoso, Promotoria do idoso e Conselho municipal do idoso.	2.771	828.424,29
CRAS	Unidade pública estatal de base territorial localizada em áreas de vulnerabilidade social responsável pela oferta continuada de serviços de proteção social básica e de assistência social às famílias, grupos e indivíduos.	4.100	421.802,12
Cadastro Único para programas de transferência de renda	O Cadastro Único consiste em um conjunto articulado de procedimentos, técnicas e capacidade utilizados para registrar e manter atualizadas as informações pertinentes às famílias em situação de pobreza.	11.158	234.357,00

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.



**Ações realizadas pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – 2011**

Indicadores de acompanhamento	Total de atendimentos
<b>Proteção Social Básica</b>	
Atendimentos à pessoa com necessidades básicas	22.704
Atendimentos à jovens em situação de vulnerabilidade social	14.764
Pessoas acompanhadas nos territórios	4.100
Idosos inscritos em atividades específicas	2.703
Idosos em cuidados diários	40
Pessoas em residência lar	28
Pessoas em transporte especial (diariamente)	177
<b>Proteção Social Especial</b>	
Crianças e Adolescentes acolhidos	26
Crianças e Adolescentes abrigados temporariamente	88
Famílias em situação de violação de direitos em atendimento	60
Moradores de rua acompanhados	211
Migrantes atendidos	4.032
Adolescentes inscritos em programas de cumprimento de medida sócio educativa, e de apoio orientação e acompanhamento temporário	140
Pessoas atendidas pelo Conselho Tutelar	1.764
Pessoas em abrigo sigiloso	43
<b>Outros</b>	
Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais	11.158
Famílias atendidas no Programa Bolsa Família	6.675
Atendimentos da assistência judiciária	5.405
Pessoas atendidas através de convênios deliberados pelos CMAS e CMDCA	1.870

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

**Cursos oferecidos pelo FUNSS**

<b>Fundo Social de Solidariedade</b>		
Rua Capitão Cassiano Ricardo de Toledo, nº 92 - Centro		
<b>Alimentação</b>	Chocolataria artesanal, Ovos de Páscoa, Sobremesas, Padaria artesanal	<b>625</b>
<b>Comunicação</b>	Telefonista e Recepcionista, Informática	<b>395</b>
<b>Artesanato</b>	Bijouteria, Bolsas, Corte e Costura, Coméstico em geral, Crochê e Tricô, Customização, Lingerie, Macramê, Mosaico, Pintura em madeira, Pintura em tecido, Produtos de limpeza, Sabonetes.	<b>834</b>
<b>Desenho</b>	Desenho artístico, História em quadrinhos, Animação 2D	<b>346</b>
<b>Estética</b>	Manicure e pedicure, Cabelereiro, Depilação, Maquiagem	<b>650</b>
<b>Idiomas</b>	Inglês	<b>160</b>

<b>Casa da Solidariedade</b>		
Av. Senador César Lacerda Vergueiro, 111 - Jardim Ana Maria		
<b>Alta Confeitaria</b>	Confeitaria fina, Bolos de vitrine, Docinhos finos e Panetores e bolachas natalinas	<b>685</b>
<b>Outros</b>	Ajudante de Padeiro, Camareira, Pizzaiolo, Batá/berçaristae Cuidador de idosos, Garçom, Sushman, Massas e molhos, Elaboração de Pratos	<b>408</b>

Fonte: Fundo Social de Solidariedade.

Nota: todos são gratuitos, para fazer sua inscrição, basta trazer somente o RG.

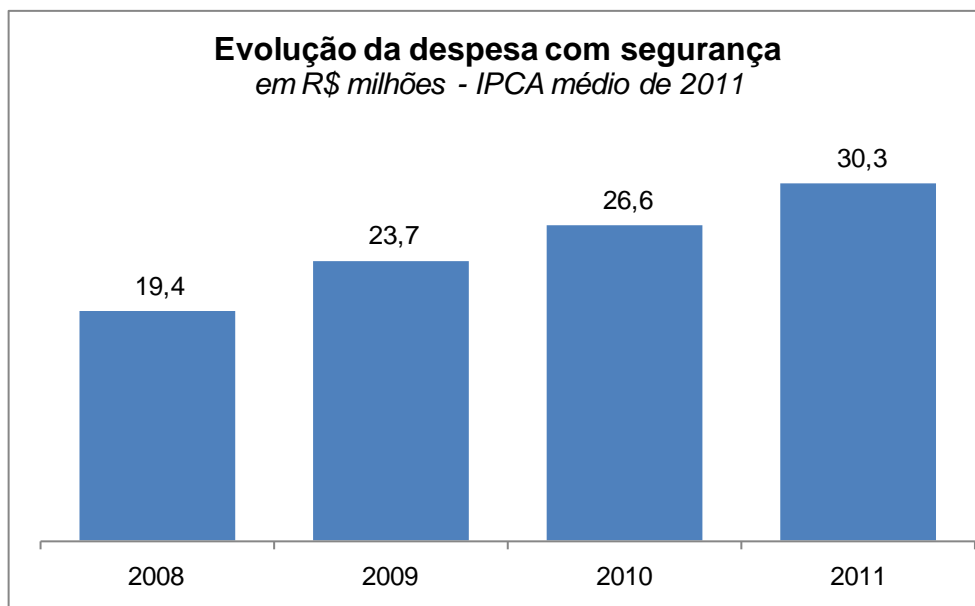


#### 4.6 SEGURANÇA PÚBLICA

Em Jundiaí, os gastos com a função segurança pública são realizados pela Guarda Municipal e pela Secretaria Municipal da Casa Civil. Com um aumento de 13,5%, os recursos aplicados na área passaram de R\$ 26,6 milhões, em 2010, para R\$ 30,3 milhões, em 2011, dos quais R\$ 24,2 milhões foram destinados ao pagamento de pessoal. As despesas com custeio totalizaram R\$ 4,6 milhões e os investimentos R\$ 1,5 milhão.

A função segurança desempenhada pelo Município compreende as atividades de policiamento e de defesa civil. A Guarda Municipal auxilia a Polícia Militar no trabalho de patrulhamento da cidade por meio de rondas, do sistema de vídeo monitoramento e realiza a segurança do patrimônio público municipal. Para isso, conta com um efetivo de 316 guardas. Em 2011, os gastos com policiamento exercido pela Guarda Municipal cresceram 12,2%, passando de R\$ 25,8 milhões para R\$ 29 milhões. Eles representam a maior parte da despesa com segurança.

A Secretaria Municipal da Casa Civil é a responsável pela gestão da Defesa Civil e da manutenção dos convênios com o Corpo de Bombeiros e Polícia Civil. A finalidade da Defesa Civil do Município é mapear e monitorar as áreas de risco de desastres naturais na cidade, adotando medidas que minimizem os impactos nocivos decorrentes desses incidentes, bem como auxiliar e socorrer a população das áreas atingidas. Em 2011, essas despesas foram ampliadas em 55,5%, totalizando R\$ 1,3 milhão.



**Principais despesas com segurança**

Item	2010	2011	Varição 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011		em %	
Pessoal	22.244,6	24.183,6	8,7	79,9
Custeio	2.854,0	4.579,7	60,5	15,1
Investimento	1.548,2	1.491,8	-3,6	4,9
<b>Total</b>	<b>26.646,8</b>	<b>30.255,1</b>	<b>13,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: balanços municipais.

**Principais despesas com segurança por subfunção**

Item	2010	2011	Varição 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011		em %	
Policiamento	25.824,9	28.977,3	12,2	95,8
Defesa civil	821,9	1.277,7	55,5	4,2
<b>Total</b>	<b>26.646,8</b>	<b>30.255,1</b>	<b>13,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: balanços municipais.



### Principais investimentos realizados – 2011

Contrato/Empenho	Descrição	Valor em R\$
Empenhos diversos	Aquisição de 5 veículos novos.	507.800,00
Contrato 213/11	Reforma do Pavilhão Administrativo para implantação do Centro de Controle Operacional (CCO).	295.260,00
Empenhos diversos	Aquisição de 42 armamentos novos.	147.865,00
Empenhos diversos	Cursos de Qualificação - PNL Motivacional, Curso do Canil, Curso de Tática Urbana e Curso para troca de CNH.	73.874,00
Empenhos diversos	Aquisição de 62 coletes balísticos.	60.329,00
Contrato 211/11	Instalação de GPS em 40 viaturas – Monitorado por tablet ou computador.	26.000,00
Contrato 210/11	Instalação de Câmeras em 40 viaturas – filmagem interna e externa das viaturas.	26.000,00

Fonte: Guarda Municipal

### Atendimentos operacionais realizados pela Guarda Municipal

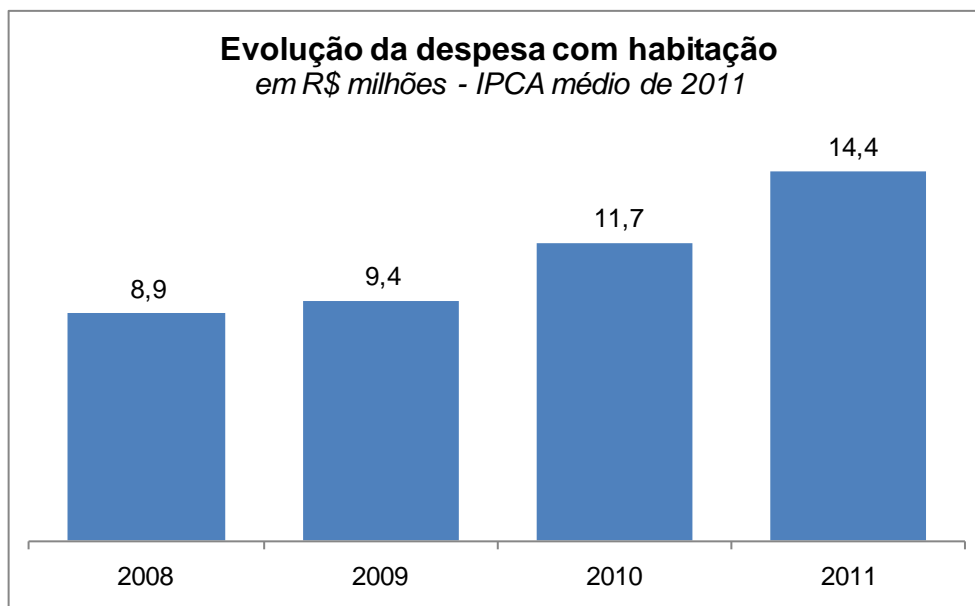
Descrição	2010	2011
Patrulhamento – Rondas em propriedades municipais	16.983	26.075
Patrulhamento – Ronda em unidades escolares	2.506	3.025
Canil – Atendimento de ocorrências pelo canil	810	844
Monitoramento – Registros de monitoramento	629	321
Monitoramento – Ocorrências em área de preservação ambiental	128	112

Fonte: Guarda Municipal

## 4.7 HABITAÇÃO

Em 2011, a despesa com habitação, realizada pela FUMAS, totalizou R\$ 14,4 milhões, 23,5% a mais que no ano anterior. A maior parte do gasto foi com investimentos, que passaram de R\$ 6 milhões para R\$ 8,7 milhões, apresentando um crescimento de 44,5%. Os gastos com pessoal, que representam 27,5% do total e tiveram aumento de 7,1%. Já a despesa com custeio apresentou novamente um recuo, dessa vez de 10,1%, somando R\$ 1,7 milhão.

Ao todo, já foram eliminados 14 núcleos de submoradia, mas ainda restam outros 13, dos quais, sete (Vila Ana, Parque Centenário, Baixada do Paraná, Vila Lacerda, Jardim Novo Horizonte, Jardim São Camilo e antigo Hospital Psiquiátrico) estão em urbanização ou processo de erradicação e outros seis (Jardim Sorocabana, Jardim Santa Gertrudes, Jardim Guanabara, Vila Nambi, Vila Ruy Barbosa e Jardim Tamoio) estão em projeto para receberem intervenções.



#### Principais despesas com a função habitação

Item	2010	2011	Varição	Composição
	<i>em R\$ mil - IPCA médio de 2011</i>		<i>em %</i>	
Pessoal	3.706,4	3.970,0	7,1	27,5
Custeio	1.943,0	1.746,4	-10,1	12,1
Investimentos	6.018,1	8.694,9	44,5	60,3
<b>Total</b>	<b>11.667,6</b>	<b>14.411,2</b>	<b>23,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: balanços municipais.

#### Atendimentos realizados pela FUMAS – 2011

Nome do Programa	Objetivo do Programa	Número de atendidos
Programa Planta Social	Atendimento de munícipes de baixa renda, para orientação técnica, elaboração de projetos e providência de aprovação de plantas e habite-se.	410
Programa de Atendimento à Calamidade (PAC)	Atendimento emergencial, com fornecimento de materiais de construção para reconstrução de submoradias atingidas por eventos desastrosos, realizado em parceria com a Defesa Civil.	375
Programa "Auxílio-aluguel"	Através da Lei Municipal nº 7.638/2011, a FUMAS poderá conceder benefício eventual, em caráter excepcional e temporário, às famílias vítimas de enchentes e desmoronamentos que estejam desabrigadas, desalojadas ou em situação de vulnerabilidade temporária.	126
Programa de Atendimento, Auxílio e Prevenção (PAAP)	Atendimento preventivo, com fornecimento de materiais de construção para reforma de submoradias que se encontram insalubres ou em estado de risco, sob condições severas de intempéries.	76

Fonte: Fundação Municipal de Ação Social.





### Principais investimentos em habitação - 2011

Contrato	Descrição	Valor (em R\$ mil)
-	Desapropriações de imóveis para implantação do projeto habitacional no Jardim São Camilo	3.327,5
43/2009	Construção de 36 unidades habitacionais na Vila Ana, em parceria com o governo federal (em andamento)	1.240,9
28/2010	Construção de 33 casas e infraestrutura de duas ruas no Parque Centenário, em parceria com o governo federal (em andamento)	1.149,9
26/2009	Reforma de 115 moradias no Parque Centenário, em parceria com o governo federal (em andamento)	
15/2011	Contratação de empresa de consultoria e assessoria para prestar serviços técnicos e especializados na elaboração do Plano Municipal de Habitação do Município de Jundiá	209,4
12/2011	Elaboração de projetos executivos, destinados a implantação da infraestrutura para a construção de conjunto habitacional, visando o reassentamento de moradores do Núcleo de submoradias do Jardim São Camilo.	145,8
21/2011	Prestação de serviços de execução de projeto básico de urbanização, de paisagismo, de mobiliário urbano e das edificações – Jardim São Camilo.	143,5

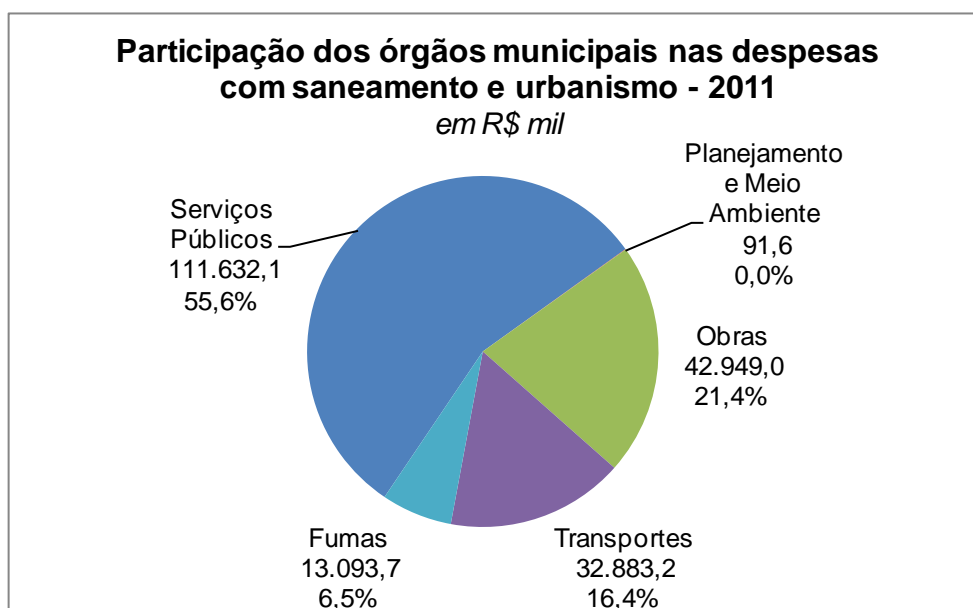
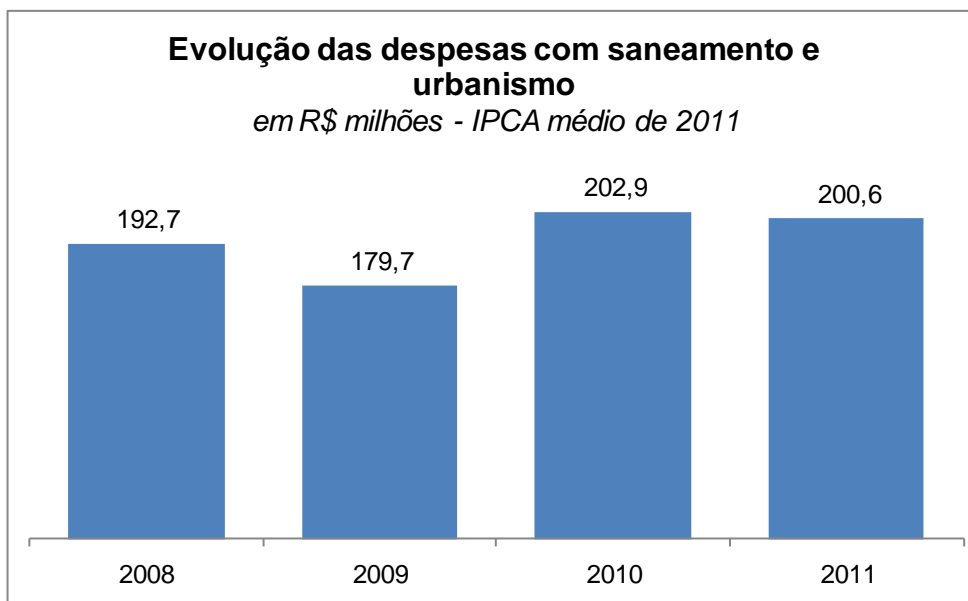
Fonte: Fundação Municipal de Ação Social.

#### 4.8 SANEAMENTO E URBANISMO

As despesas com saneamento e urbanismo em Jundiá são realizadas em conjunto pelas secretarias de Serviços Públicos; Obras; Transportes; Planejamento e Meio Ambiente; e pela FUMAS.

Em 2011, as despesas com saneamento e urbanismo totalizaram R\$ 200,6 milhões, praticamente repetindo os valores desembolsados no ano anterior, com pequena queda de 1,1%. A maior parte dos recursos (R\$ 111,6 milhões) foi aplicada pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, correspondendo a 55,6% do gasto total na área. Compete a essa secretaria realizar todos os serviços de manutenção e conservação da cidade, incluindo a conservação e reforma de praças, parques e jardins; os serviços de iluminação pública; a construção e manutenção de galerias de águas pluviais; os serviços de limpeza pública e destinação final dos resíduos; a arborização das vias públicas; entre outros.

A Secretaria Municipal de Obras, responsável pelas obras de melhoria da infraestrutura urbana, despendeu R\$ 42,9 milhões com urbanismo, enquanto que a Secretaria Municipal de Transportes, que operacionaliza o Sistema Integrado de Transporte Urbano (SITU), consumiu outros R\$ 32,9 milhões.



Em 2011, a despesa com pessoal aumentou 4% em relação a 2010, totalizando R\$ 46,1 milhões. Os gastos com custeio de saneamento e urbanismo aumentaram para R\$ 105,7 milhões, valor que correspondeu a mais da metade da despesa da função. O investimento apresentou uma queda de 19,9%, entre 2010 e 2011, passando de R\$ 61,1 milhões para R\$ 48,9 milhões. Essa queda se deve ao fato dos investimentos de 2010 terem sido excepcionalmente altos em virtude da integralização de capital na DAE S/A. Mesmo assim, representou quase um quarto dos recursos aplicados na área.



**Principais despesas com saneamento e urbanismo**

Item	2010	2011	Varição 2011/2010	Composição 2011
	<i>em R\$ mil - IPCA médio de 2011</i>		<i>em %</i>	
Pessoal	44.316,9	46.071,6	4,0	23,0
Custeio	97.512,2	105.672,1	8,4	52,7
Investimentos	61.061,0	48.905,9	-19,9	24,4
<b>Total</b>	<b>202.890,1</b>	<b>200.649,6</b>	<b>-1,1</b>	<b>100,0</b>

Fonte: balanços municipais.

Do total dos investimentos realizados em 2011, R\$ 38,9 milhões referem-se a urbanismo e R\$ 10 milhões a saneamento. As maiores obras urbanísticas foram a pavimentação e retificação de vias urbanas, a construção e reforma de pontes e viadutos, a construção de galerias de águas pluviais e a revitalização e implantação de praças, parques e áreas ajardinadas. A maior parte dos investimentos nessa área ficou por conta do Programa Saneamento para Todos, com o montante de R\$ 7,1 milhões.



**Discriminação da despesa empenhada nas funções urbanismo e saneamento – 2011**

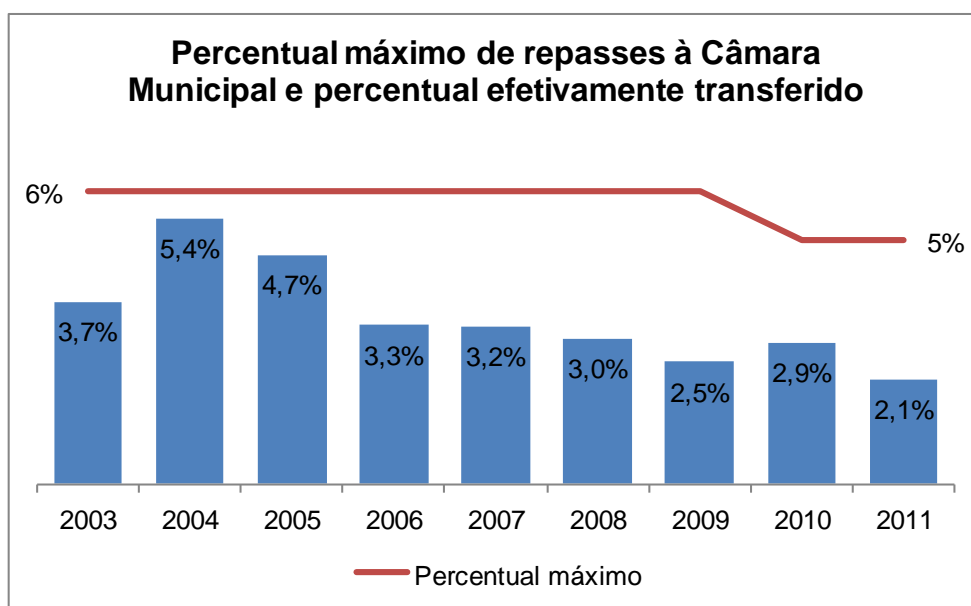
<b>FUNÇÃO URBANISMO</b>		
<b>Infraestrutura Urbana</b>		<b>68.916.934,01</b>
<b>101 Mobilidade urbana</b>		<b>61.189.526,47</b>
CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES E VIADUTOS		10.909.237,09
DESPESAS VARIÁVEIS COM PESSOAL (S.M.O.)		125.460,48
EXPANSÃO DA REDE E PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		561.994,48
MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS (S.M.O.)		10.101.826,44
MANUTENÇÃO E REFORMA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		10.869.043,22
PAVIMENTAÇÃO E RETIFICAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS		926.305,08
PAVIMENTAÇÃO E RETIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS		15.877.261,89
PAVIMENTAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS - MANUTENÇÃO		10.919.284,79
PAVIMENTAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS - AMPLIAÇÃO		707.716,80
REMODELAÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS - PROMOB		191.396,20
<b>104 Prevenção à inundações e defesa contra outros sinistros</b>		<b>4.485.060,52</b>
CONSTRUÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS		2.230.881,26
DRAGAGEM, RETIFICAÇÃO E CANALIZAÇÃO RIOS E CÓRREGOS		1.565.107,66
ESTABILIZAÇÃO DE ENCOSTAS E TALUDES		689.071,60
<b>145 Licenciamento de atividades e parcerias</b>		<b>46.766,30</b>
COLOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PLACAS TOPONÍMICAS		46.766,30
<b>148 Projetos especiais</b>		<b>44.817,99</b>
OPERAÇÕES URBANÍSTICAS		44.817,99
<b>Serviços Urbanos</b>		<b>117.024.373,21</b>
<b>101 Mobilidade Urbana</b>		<b>31.268.595,00</b>
AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO		238.692,14
AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO		6.163.904,69
AÇÕES DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO		6.291.390,25
DESPESAS VARIÁVEIS COM PESSOAL (S.M.T.)		748.302,45
GESTÃO DAS AÇÕES DE DIREÇÃO SERV.FINALÍSTICOS(SMT)		8.462,78
IMPLANTAÇÃO COMANDO CENTRAL DE OPERAÇÕES TRÂNSITO		-
MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS (S.M.T.)		17.264.571,92
SUPORTE ADMINISTRATIVO ÀS UNIDADES FIM (SMT)		553.270,77
<b>102 Oferta de infraestrutura urbana</b>		<b>2.828.668,32</b>
REVITALIZ.IMPLANT.PRAÇAS/PARQUES/ÁREAS AJARDINADAS		2.828.668,32
<b>103 Cidade Limpa</b>		
DESPESAS VARIÁVEIS COM PESSOAL (S.M.S.P.)		761.023,22
GESTÃO AÇÕES LIMPEZA/CONTENÇÃO CÓRREGOS/OBRAS DREN		512.267,88
GESTÃO DAS AÇÕES DE LIMPEZA PÚBLICA		44.500.478,13
IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS AMBIENTAIS-GERESOL		-
MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS (S.M.S.P.)		18.739.063,11
TRAT.E DISP.FINAL RESIDUOS ORIUNDOS AÇÕES LIMP.URB		13.125.403,83
<b>104 Prevenção à inundações e defesa contra outros sinistros</b>		<b>4.095.173,56</b>
AMPL.GALERIAS ÁGUAS PLUVIAIS VIAS URB.E ESTR.VIC.		816.706,86
GESTÃO DE OBRAS DE ENCOSTAS EM VIAS PÚBLICAS		234.133,65
SUBSTITUIÇÃO DO SISTEMA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS		3.044.333,05
<b>133 Manutenção de infraestrutura urbana</b>		<b>1.193.700,16</b>
AQUIS.DE MÁQUINAS,EQUIP.E VEÍCULOS LEVES E PESADOS		-
CONSTRUÇÃO CENTRO DE SERVIÇOS E UNIDADES MANUTENÇÃO		2.730,00
MANUT.MÁQ.,EQUIP.,VEÍCULOS LEVES E PESADOS - SMSP		1.190.970,16
<b>Transporte coletivo urbano</b>		<b>1.614.603,47</b>
<b>101 Mobilidade Urbana</b>		<b>1.614.603,47</b>
APRIMORAMENTO SERV.REF.ABRIGOS TRANSP.COLETIVO		96.656,30
AÇÕES PARA DIVULGAÇÃO MELHORIAS SIST.TRANSP.COLET.		-
CONSTR.TERMINAIS,CORREDORES URBANOS,ESTAÇÕES TRANS		7.240,00
IMPLANTAÇÃO JARIT-JUNTA ADM.INFRAÇÕES TRANSPORTE		-
MANUT.CIVIL DOS TERMINAIS URBANOS E RODOVIÁRIA		950.561,76
OPERAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE COLETIVO		560.145,41
<b>FUNÇÃO SANEAMENTO</b>		
<b>104 Prevenção à inundações e defesa contra outros sinistros</b>		<b>9.958.488,69</b>
Obras de infraestrutura e Saneamento Básico		9.958.488,69



#### 4.9 REPASSES À CÂMARA MUNICIPAL

O Poder Executivo deve repassar ao Legislativo, um percentual que varia entre 3,5% a 7%, conforme o porte populacional da cidade, em relação à soma da receita tributária e de algumas transferências correntes (IOF-ouro, ITR, IPVA, ICMS, FPM, IPI-exportação e CIDE) arrecadados no exercício anterior.

Em 2011, a Prefeitura de Jundiaí repassou R\$ 16 milhões à Câmara Municipal, 18,2% a menos comparado ao ano anterior. As câmaras municipais não possuem competência legal para arrecadar recursos. Sua receita provém de repasses financeiros realizados periodicamente pelas prefeituras, segundo as regras definidas pela Emenda Constitucional nº 58/2009. No caso de Jundiaí, o percentual máximo era de 6% até 2009 e passou para 5%, em 2010, após a edição da EC nº 58/2009.



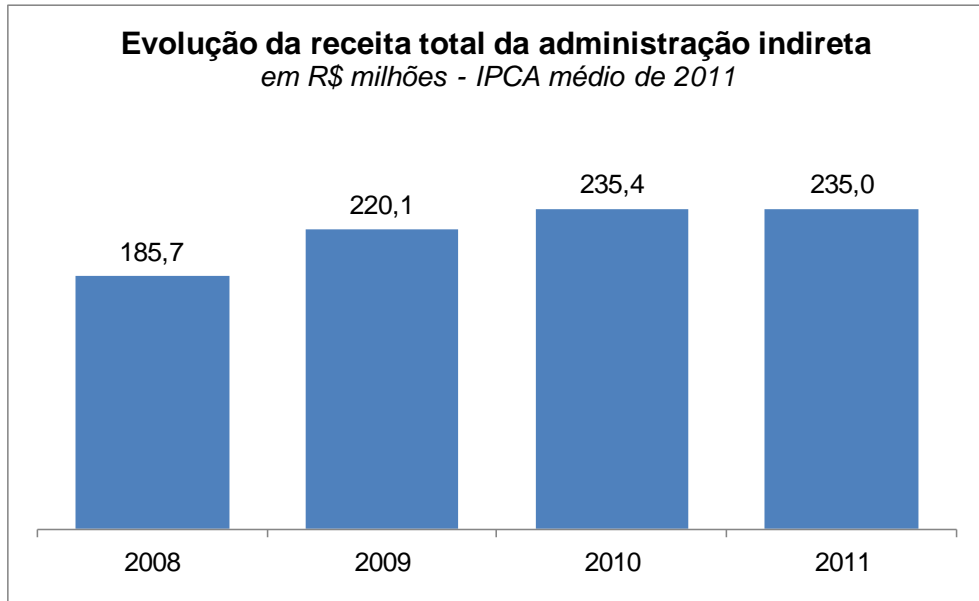


## 5 ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

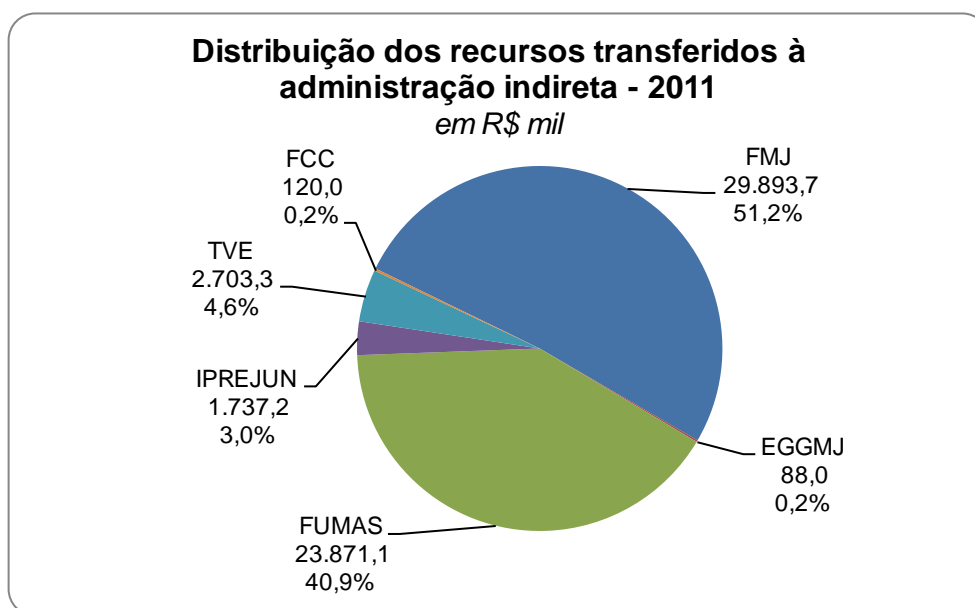
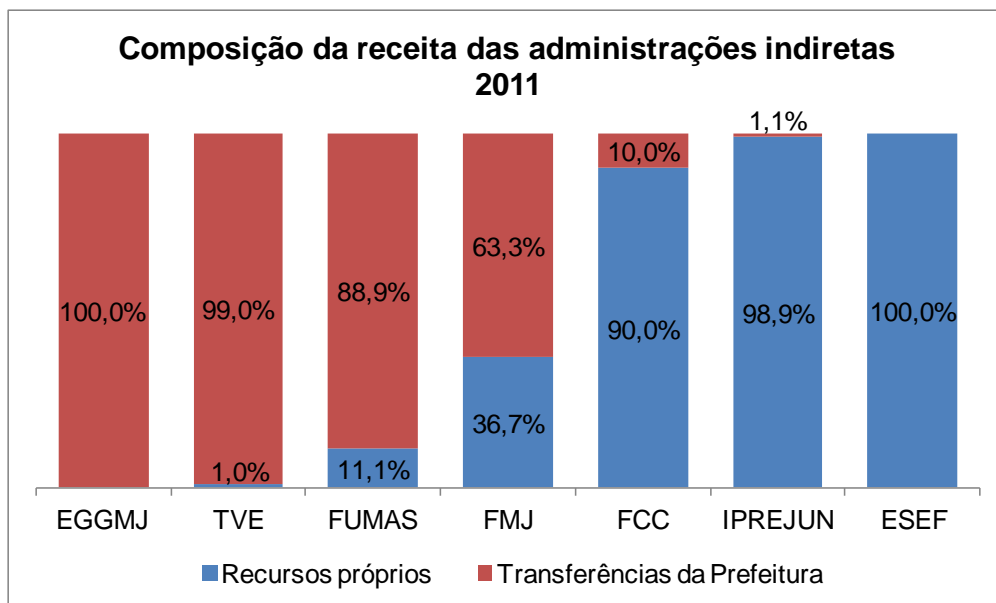
A administração indireta municipal é composta por órgãos ou entidades criados para a realização de serviços públicos e atividades governamentais de forma descentralizada e com um grau maior de autonomia financeira e administrativa em relação a Prefeitura. Dentre as principais características que diferenciam essas entidades destacam-se: personalidade jurídica, criação autorizada por lei e patrimônio próprio. Os exemplos mais comuns são as autarquias, as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Em Jundiaí há sete órgãos de administração indireta: a Escola Superior de Educação Física (ESEF), a Faculdade de Medicina de Jundiaí (FMJ), a Fundação Municipal de Ação Social (FUMAS), a Fundação Televisão Educativa de Jundiaí (TVE), a Fundação Casa da Cultura de Jundiaí (FCC), o Instituto de Previdência do Município de Jundiaí (IPREJUN) e a recém-criada Escola de Governo e Gestão do Município de Jundiaí (EGGMJ).

Em 2011, a receita dessas instituições, de R\$ 235 milhões, permaneceu praticamente a mesma do ano anterior, tendo registrado uma pequena redução de R\$ 349,8 mil. Os recursos próprios, que correspondem a 75,1% do total da receita das indiretas, tiveram um crescimento de 4,5%, ao passo que as transferências advindas da Prefeitura foram reduzidas em 12%.



A Escola de Governo e a TVE se mantêm exclusivamente com os repasses da Prefeitura. Na Faculdade de Medicina, 63,3% dos recursos foram provenientes da Prefeitura e o restante, de recursos próprios. A ESEF, por sua vez, se mantém exclusivamente com seus próprios recursos. A Casa da Cultura normalmente tem cerca da metade de sua receita advinda da Prefeitura. Em 2011, no entanto, ao receber R\$ 900 mil da Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A (Coca-Cola), por meio do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), a FCC aumentou consideravelmente o seu orçamento. O IPREJUN é a entidade da administração indireta com o maior orçamento. Sua receita provém quase que exclusivamente de recursos próprios, composta pelas contribuições previdenciárias dos servidores municipais e as contribuições patronais. Em 2011, ela totalizou R\$ 152,9 milhões.



#### Receita consolidada da administração indireta

Origem dos recursos	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011		em %	
Receita própria da administração indireta	169.013,8	176.607,5	4,5	75,1
Transferências da Prefeitura	66.356,8	58.413,3	-12,0	24,9
Faculdade de Medicina	27.336,0	29.893,7	9,4	12,7
Fumas	34.711,9	23.871,1	-31,2	10,2
Demais	4.308,8	4.648,5	7,9	2,0
<b>Total</b>	<b>235.370,6</b>	<b>235.020,8</b>	<b>-0,1</b>	<b>100,0</b>

Fonte: balanços municipais.





### Receita da administração indireta segundo a fonte do recurso– 2011

Entidades	2011				
	Receita própria		Recursos recebidos*		Total
	Valor	Composição	Valor	Composição	
	em R\$ mil	em %	em R\$ mil	em %	em R\$ mil
Escola Superior de Educação Física (ESEF)	3.993,0	100,0	-	-	3.993,0
Faculdade de Medicina de Jundiá (FMJ)	17.324,1	36,7	29.893,7	63,3	47.217,8
Fundação Municipal de Ação Social (FUMAS)	2.994,0	11,1	23.871,1	88,9	26.865,1
Fundação Televisão Educativa de Jundiá (TVE)	27,3	1,0	2.703,3	99,0	2.730,6
Fundação Casa da Cultura e Esportes de Jundiá (FCC)	1.078,9	90,0	120,0	10,0	1.198,9
Instituto de Previdência do Município de Jundiá (IPREJUN)	151.190,2	98,9	1.737,2	1,1	152.927,4
Escola de Governo e Gestão do Município de Jundiá (EGGMJ)	-	-	88,0	100,0	88,0
<b>Total</b>	<b>176.607,5</b>	<b>75,1</b>	<b>58.413,3</b>	<b>24,9</b>	<b>235.020,8</b>

Fonte: balanços municipais.

Nota: \* Transferências recebidas da Prefeitura, de fundos, e recursos de operações de créditos.

### Despesas da administração indireta– 2011

Entidades	2011			
	Pessoal	Custeio	Investimentos	Total
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011			
Escola Superior de Educação Física (ESEF)	3.637,5	905,0	391,9	4.934,4
Faculdade de Medicina de Jundiá (FMJ)	10.845,6	34.003,8	1.160,7	46.010,1
Fundação Municipal de Ação Social (FUMAS)	4.687,6	6.738,3	19.080,9	30.506,7
Fundação Televisão Educativa de Jundiá (TVE)	1.863,1	558,7	283,6	2.705,3
Fundação Casa da Cultura e Esportes de Jundiá (FCC)	-	300,0	12,9	312,8
Instituto de Previdência do Município de Jundiá (IPREJUN)	46.929,8	640,1	-	47.569,8
Escola de Governo e Gestão do Município de Jundiá (EGGMJ)	76,4	10,6	1,0	88,0
<b>Total</b>	<b>68.040,0</b>	<b>43.156,3</b>	<b>20.930,9</b>	<b>132.127,2</b>

Fonte: balanços municipais.

Nota: \* A Fundação Casa da Cultura não tem despesas com pessoal, pois funciona com servidores transferidos da Prefeitura.